

Briga de foice para impedir reforma agrária

Agarrado com unhas e dentes aos seus vastos domínios, o latifúndio promete resistir "na lei ou na marra" ao plano da reforma agrária do governo Sarney. Na última semana, até a família do ministro da Reforma Agrária passou a sofrer ameaças de violência e morte. O menino Joel, que mora na casa do ministro em Belém do Pará, chegou a ser seqüestrado e espancado por desconhecidos, dentro de uma Kombi, no sábado dia 29.

cação do projeto em um município - o de Londrina - fez com que os senhores de terras exigissem até a queda de Nélson Ribeiro. De todas as medidas da Nova República até agora, a reforma agrária é a que provocou a luta mais encarniçada.

Na página 5, a *Tribuna Operária* comenta as sete piores mentiras do latifúndio. Na página 10, dois casos escabrosos de repressão aos camponeses, no Maranhão e na Bahia, com um saldo de oito mortos; e os atos públicos que podem dar início a uma grande campanha de massas em defesa da reforma agrária.

Na quarta-feira, dia 3, uma formulação menos precisa sobre a apli-



Generais manobram para encobrir caso Baumgarten

Enquanto José Sarney declara que "a nação e o próprio governo têm interesse" em esclarecer completamente o caso Baumgarten, o ministro da Marinha, brigadeiro Moreira Lima, sai a

público dizendo que "é preciso colocar uma pá de cal sobre o passado". E o general Euclides Figueiredo elogia a "cultura" e "inteligência" dos dois principais suspeitos. Página 3

Patrões investem contra avanços na lei de greve

Documento da Fiesp (a poderosa entidade patronal de São Paulo) investe contra tudo que é positivo no projeto do governo.

Empresários afirmam que a lei deve proibir as greves. Pág. 7

EDITORIAL

Chega de sacrifícios

"O Brasil não pagará a dívida externa com o sangue e com a miséria dos trabalhadores", afirmou Tancredo Neves, recebendo aplausos da maioria dos brasileiros. "O limite do pagamento da dívida externa é o desenvolvimento do país", declarou também o presidente José Sarney, respondendo às pressões do FMI.

Mas para aplicar estas orientações, existem obstáculos a serem vencidos. Dentro da Nova República mesmo, existem os que colocam acima de tudo o pagamento pontual de bilhões de dólares aos banqueiros internacionais. Veja-se o exemplo recente, em que o sr. Francisco Dornelles pretendia arrancar cerca de 10 trilhões de cruzeiros dos brasileiros, através de manobras no Imposto de Renda, para cobrir compromissos externos.

E agora, vendo-se derrotado neste primeiro assalto, o herdeiro de Delfin Netto encastelado no Ministério da Fazenda trata de cortar investimentos das empresas estatais, o que, se for feito nas proporções almejadas, pode levar ao desemprego de até 200 mil trabalhadores, em diversos ramos dependentes da produção estatal.

O país precisa de recursos para equilibrar sua economia. Mas este capital tem sido desviado para o exterior, para pagamento de juros e amortizações da dívida externa, ao invés de ser empregado no desenvolvimento independente de nossa pátria. Mas os que se opõem às mudanças da Nova República insistem em dizer que este dinheiro deve ser obtido pela superexploração de quem trabalha e através de cortes nos investimentos do Estado, paralisando a nossa indústria. Pretendem assim dar continuidade à orientação imposta até recentemente pelo regime vende-pátria dos generais, cujos resultados desastrosos são muito bem conhecidos.

Não se pode pensar em livrar o país da crise sem pôr fim à espo-

lição estrangeira, romper os acordos com o FMI e suspender o pagamento das dívidas usurárias contraídas pela ditadura à revelia do povo, em conluio com os grandes financistas internacionais.

Este problema atormenta os países da América Latina em geral. Na Argentina, depois de oferecer certa resistência, o governo Alfonsín dobra-se às pressões e parte para aplicar uma verdadeira economia de guerra, jogando sobre o povo as consequências da crise. No Uruguai os governantes seguem este mesmo caminho. Na Bolívia também é em torno desta questão que se desenvolve uma acirrada batalha e uma instabilidade política cada vez maior. No Equador, da mesma forma, o governo conservador faz o jogo dos credores e sacrifica os que vivem de salários.

Sem quebrar os laços de dependência ao capital estrangeiro, além de condenar-se a trabalhar unicamente para saldar os empréstimos externos, o país fica com sua economia inteiramente subordinada às exigências do mercado internacional. Para obter divisas, o Brasil é obrigado a exportar cada vez mais - e a preços cada vez menores - os produtos que interessam aos credores. E ainda por cima se vê constringido a reduzir drasticamente a importação de bens essenciais à indústria nacional. Este é o mecanismo diabólico, herdado da ditadura, que o sr. Dornelles esforça-se por manter inalterado.

Os trabalhadores não aceitam novos sacrifícios. Pelo contrário, querem recuperar o que perderam e conquistar melhores condições de vida. Os patriotas não toleram mais humilhações. O Brasil precisa acabar imediatamente com a sangria de dólares para o exterior e fazer com que os impostos recaiam sobre as multinacionais e grandes empresários, que lucraram bilhões no tempo do "milagre" e continuaram lucrando, até hoje, apesar da crise.

Operários acorrem às novas sedes do PC do B

Na sede do partido em Vila Maria, bairro de S. Paulo, uma festa com centenas de pessoas, 90% operários. No Ceará, Rio, Pará, o PC do B se atira à vida legal. Página 4

Unidade da América Latina contra FMI

Jorge Moreno Ordoñez, deputado do Equador, visita o Brasil e propõe a união dos povos latino-americanos para enfrentar o problema da dívida externa e os ditames do FMI. Pág. 2



Foto Ary Brandy

Auto do Frade mostra a luta de Frei Caneca

Odiado pelas classes dominantes, caluniado pela história oficial, o revolucionário nacionalista Frei Caneca é homenageado numa peça de teatro e num poema de João Cabral de Melo Neto. Página 9



Foto César Dinitz

Mappin usa cárceres privados dentro das suas lojas

Comerciários da grande loja de departamentos de S. Paulo denunciam incríveis métodos de exploração e falam com orgulho do primeiro movimento grevista em memória ocorrido em junho último.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Protesto antiimperialista nas ruas de Quito: resposta de Febres Cordero é a repressão contra os manifestantes

Deputado do Equador quer união dos povos contra FMI

O deputado federal do Equador Jorge Moreno Ordoñez esteve no Brasil para participar da reunião dos parlamentares da América Latina, realizada em meados de junho em nosso país. De passagem por São Paulo, Jorge Ordoñez, que ao longo de sua vida participou do movimento estudantil, foi sindicalista e elegeu-se deputado pelo Movimento Popular e Democrático (MPD), concedeu entrevista à Tribuna Operária.

T.O.: Qual o resultado da reunião dos parlamentares latino-americanos?

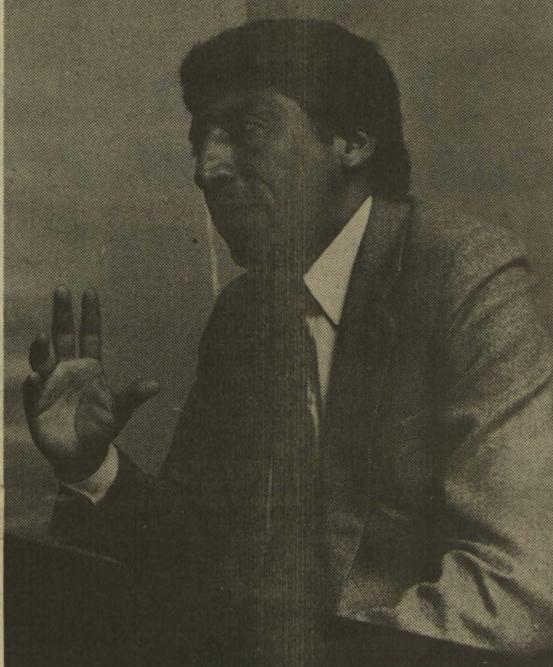
Ordoñez: A reunião do Parlamento Latino-Americano não esteve bem organizada. Houve pressões de determinados setores para que problemas concretos, como o da dívida externa, não fossem elaborados. Por isso, fizemos críticas aos ex-dirigentes pões que se realize uma reunião em Montevideo, em outubro, para discutir a dívida externa.

T.O.: O que é o MPD?

Ordoñez: O MPD é um movimento político equatoriano integrado por várias classes sociais - operários, camponeses... e também por professores, estudantes. Está inscrito como partido político, no número de 15 (ao todo são 17, no Equador, sem contar os mantidos na clandestinidade, como o Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador), e nas últimas eleições ficou em quarto lugar na preferência do eleitorado. É patriótico, democrático, antiimperialista, antioligárquico. Integra o espectro político da esquerda revolucionária. Não é comunista, mas mantém boas relações com o PCMLE.

T.O.: Voltando à reunião dos parlamentares, por que uma reunião específica para discutir a dívida externa?

Ordoñez: O total da dívida externa latino-americana está em cerca de 360 bilhões de dólares (199 bilhões do Brasil, 40 bilhões da Argentina, 8 bilhões do Equador etc.). Devemos pagá-la, ceder às imposições do FMI? Não podemos pagá-la nos termos que o FMI quer, ou seja, aumentando as taxas de lucro dos bancos, aumentando os impostos,



Ordoñez: "Dívida beneficiou as oligarquias, não os povos"

retringindo o comércio exterior... Nós consideramos que não foram os povos latino-americanos que contraíram essa dívida. Quem a contraíram foram os governos oligárquicos. Foram os Rodrigues Lara no Equador, Videla na Argentina, Figueiredo no Brasil, Pinochet no Chile. E essa dívida não foi contraída para atender às necessidades dos povos no desenvolvimento industrial e agro-pecuário. Ela beneficiou os grandes industriais, os monopólios, os oligarcas, os banqueiros, os latifundiários, as castas militares, e para empobrecer mais os povos. Por isso é necessária a união dos operários e dos camponeses da América Latina. A grande unidade dos povos para lutar contra as imposições do FMI, para resistir à exploração econômica. Esta unidade também deve se estabelecer entre os parlamentares. É importante a formação de uma ampla frente que vise a defesa dos nossos povos.

T.O.: E qual foi a reação dos parlamentares a essa proposta?

Ordoñez: Nossa proposta recebeu um grande apoio. Naturalmente houve a oposição dos que estão ligados mais estreitamente ao capital estrangeiro, a quem não interessa esse tipo de ação comum. Mas a nova direção do Parlamento Latino-Americano recebeu a orientação de Montevideo justamente para estudar, discutir essa questão.

T.O.: Qual a consequência da dívida externa no Equador?

Ordoñez: A dívida do meu país é de 8 bilhões de dóla-

res. Isso quando o orçamento do Estado para este ano é de 1,5 bilhão de dólares - a dívida externa é mais de cinco vezes maior do que o orçamento do Equador. E no entanto, em 1985, 40% do orçamento estatal está destinado ao pagamento da dívida externa... Com base nessa dívida, o FMI passou a fazer exigências ao governo direitista de Febres Cordero. Exigiu o aumento no preço dos combustíveis em praticamente 100%, exigiu o aumento do lucro bancário, o congelamento dos salários etc. Febres Cordero atendeu a todas as exigências. Somente o congelamento de salários ele não conseguiu: graças à luta da classe operária se logou um aumento salarial. O governo ainda desvalorizou o sucre, nossa moeda, e promoveu a "sucretização" da dívida das empresas privadas (deviam em dólares, passaram a pagar em sucres para o governo, que paga em dólares para os credores estrangeiros - ou seja, o povo paga a dívida das empresas privadas). Além disso, a política ditada pelo FMI levou à quebra de um dos maiores bancos do país, o Banco de Descuentos, e a falência inúmeras empresas e a um desemprego que atinge 50% da mão-de-obra do país! Os camponeses não têm crédito para investir em suas produções; as crianças não têm escolas, hospitais; os salários são extremamente baixos. O governo de Febres Cordero também está abrindo cada vez mais a indústria petrolífera para o capital estrangeiro - e o petróleo tem uma grande importância na economia nacional. Cerca de 60% do orçamento do Estado é originário desse setor.

T.O.: Como o governo faz para garantir a aplicação de uma política tão entreguista e desastrosa?

Ordoñez: Febres Cordero tem uma posição anticomunista raivosa... Acusa todos os setores oposicionistas - inclusive os diferentes setores de centro - de comunistas.

Sem apoio da maioria no Congresso, ele viola a Constituição sem nenhum escrúpulo, pisoteia as leis... Negou-se ao Congresso, por exemplo, o direito de nomear a Suprema Corte de Justiça, atribuição que a Constituição garante ao Congresso. Em relação às massas populares, seu governo desatou a repressão. Persegue as lideranças populares - especialmente as ligadas ao PCMLE, como Manuel Guevara, recentemente assassinado. Em resposta, os trabalhadores já realizaram duas greves gerais, em menos de dez meses de governo! É algo inédito na história do país: nos governos anteriores, passava-se até um ano antes de ser deflagrada uma greve geral. A resposta de Febres Cordero a estas greves, naturalmente, foi a repressão - prisões, policiais atirando bombas contra a população etc. Foram montados grupos paramilitares, encabeçados por um criminoso que foi candidato a deputado pelo partido do governo. Esse assassino, responsável por mais de 35 mortos, só agora foi preso. E não pelo governo, que o protegia, mas pelo prefeito de uma cidade, que é oposicionista. Portanto, o governo Febres Cordero é um governo repressivo.

T.O.: A esta altura, qual a posição das pessoas que votaram em Febres Cordero em 1984?

Ordoñez: Febres Cordero foi eleito prometendo pão, casa e emprego, e jurou que não trairia essas promessas. Mas apenas 30 dias após sua posse, a maioria das pessoas que votaram nele já havia se arrependido. Alguma pessoa diziam: "Me dá vontade de cortar as mãos por haverem colocado na urna o voto em Febres Cordero". No início do ano que vem devem ocorrer novas eleições de deputados, e o governo já pensa em prorrogá-las, prevendo uma grande derrota. Mas, o MPD, pelas minhas previsões, deve ascender a, no mínimo, terceira força política do país nesse pleito. Isso mesmo levando em conta as dificuldades de se concorrer em eleições no meu país. No Equador, uma pessoa deve estar sem nenhum vínculo empregatício, no mínimo seis meses antes da votação. Por isso há um ditado que diz que "para ser candidato é necessário ou ser muito rico, ou não ter nada a perder". No caso dos candidatos do MPD, são gentes que não têm nada a perder...

Imperialismo ianque usa déficit para espoliar os povos

Somente no mês de maio, os Estados Unidos apresentaram um déficit na balança comercial da ordem de 12,67 bilhões de dólares, acumulando um saldo negativo nos primeiros cinco meses deste ano de 57,29 bilhões de dólares, sendo que, ao final de 1985, deverá se situar entre 140 a 150 bilhões de dólares. Apesar disto, os EUA continuam um país "credor".

A balança comercial indica a diferença entre os valores das importações e exportações realizadas por um determinado país. Há anos que o imperialismo ianque vem registrando permanentes déficits. No ano passado, ele alcançou a astronômica quantia de 123 bilhões de dólares (convém lembrar que só a nossa maldita dívida externa gira em torno dos 100 bilhões de dólares).

DESCOMUNAL ESPOLIAÇÃO

A primeira vista, esses resultados podem parecer negativos para o conjunto da economia norte-americana. Mesmo sendo indicadores da crise mais geral do sistema capitalista, antes de tudo eles revelam a grandeza da espoliação praticada pelos Estados Unidos sobre os países dependentes.

De fato, se para as economias dependentes é impensável operar com saldos negativos na balança comercial (em geral quando isto foi realizado, principalmente na década de 1970, acarretou o crescimento do endividamento externo), na atual conjuntura isto não ocorre com os EUA. O saldo do balanço de pagamentos naquele país (ingresso e saída líquida de dinheiro) tem sido invariavelmente positivo.

O déficit comercial é compensado em grande parte pelo pagamento das dívidas externas dos países dependen-

tes. Somam, ainda, a remessa de lucros praticada pelas multinacionais e outros meios de espoliação. Ou seja, o débito é permanentemente subtraído (ou roubado) dos seus próprios credores.

Trata-se, como se vê, de uma descomunal expropriação das riquezas produzidas nos chamados países subdesenvolvidos. A implementação desta política neocolonialista é garantida hoje pelo FMI, cujo domínio sobre as economias dependentes redundou na realização de uma grande quantidade de trabalho em função da necessidade de gerar divisas para pagar as dívidas externas. Implicando, conseqüentemente, em fome e miséria crescente dos trabalhadores.

Isto revela também o caráter parasitário da economia ianque - por estas e outras razões incapaz de apresentar perspectivas de estabilidade e crescimento. Ao mesmo tempo agrava as contradições do sistema. Dentro dos próprios EUA os capitalistas têm reagido contra a "competição" ao depauperarem com um mercado constantemente abarrotado de mercadorias produzidas noutros países - o que tem inibido a expansão e ameaçado a existência de várias empresas.

O cow-boy Ronald Reagan ameaça com o protecionismo. Mas isto não resolve, apenas acumula os problemas no interior do já abalado sistema financeiro - mesmo porque a voragem dos agiotas só pode ser satisfeita por intermédio de grandes superávits comerciais dos devedores (para se ter uma idéia aproximada do que representam as compras norte-americanas basta atentar para o perfil do superávit comercial brasileiro em 1984, em 40% constituído pelas importações dos EUA).



Polícia sionista reprime trabalhador judeu em Jerusalém

Protesto operário pára Israel por 24 horas

Também os judeus de Israel são vítimas dos sionistas que governam o país. No dia 2 eles viram-se obrigados a realizar uma greve geral contra um "plano de emergência econômica" do governo social-democrata de Shimon Peres, que atinge em cheio os assalariados. Cerca de 1 milhão e meio de trabalhadores pararam a produção por 24 horas protestando contra o aumento de 75% no preço do pão, 45% no preço da carne, 27% no preço dos combustíveis, desvalorização da moeda (shekel) em 18,8%, redução do poder de compra dos israelenses entre

12 e 40% e congelamento dos salários por 90 dias. Os social-democratas ainda pretendem demitir 10 mil funcionários públicos e cortar 750 milhões de dólares no orçamento do Estado - naturalmente, sem atingir o orçamento de guerra, sagrado para os sionistas. Jovens de um bairro pobre chegaram a queimar pneus e tentaram incendiar automóveis, quando foram atacados pelos soldados de Jerusalém. A polícia prendeu 13 manifestantes. Também dentro do governo houve descontentamento com as medidas anti-operárias de Shimon Peres.

Desemprego provoca greves na Argentina

A grave crise econômica que se abate sobre a Argentina continua fazendo suas vítimas entre os operários. A Renault e a General Motors adiantaram as férias coletivas de seus milhares de operários, fechando suas portas por 15 dias - os trabalhadores temem que, ao retornarem a produção, muitos sejam demitidos. Na Ford, 4 mil funcionários ocuparam a empresa, exigindo a readmissão de 33

colegas demitidos. A empresa nega-se a readmitir os trabalhadores, e o governo anunciou que recorrerá a "meios mais enérgicos" para desocupar a fábrica (provavelmente, soltará a polícia sobre os operários). Também os ferroviários recorreram à luta: deflagram uma greve nacional de 24 horas, reivindicando aumentos salariais e a readmissão dos companheiros demitidos durante a ditadura militar.

Errata da matéria sobre o PC(R)

Na entrevista que publicamos na semana passada com Eduardo Pires, primeiro secretário do Partido Comunista (Reconstruído) de Portugal, cometemos dois erros, que reparamos a seguir: Freitas do Amaral, candidato da direita à presidência da República, não pertence ao PSD, mas ao CDS. A manifestação de protesto contra aumento de preços, que reuniu 500 mil pessoas em Lisboa, não ocorreu em 4 de junho de 1985, mas em 2 de junho de 1984. No dia 4 de junho deste ano ocorreram novas manifestações operárias.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Caso Baumgarten: chefes militares contra apuração

Enquanto prosseguem as investigações sobre o caso Baumgarten, avolumam-se as chantagens, pressões e ameaças dos chefes militares interessados em acobertar os generais e oficiais envolvidos no crime. Na semana passada, o próprio ministro da Marinha, brigadeiro Otávio Moreira Lima, veio à público vociferar contra a apuração do assassinato.

Brigadeiro Moreira Lima: "O caso não tem e não terá solução. Rebuscar o passado é burrice e agressão aos militares"



Gal. Euclides Figueiredo: Os generais Medeiros e Cruz "são pessoas de mais alta qualidade" e "não estão envolvidos"



Augusto Valenté Pires (sequestrado com Baumgarten e também assassinado). O promotor inclusive deverá abandonar as investigações que vinha realizando sobre o caso.

O pesado jogo de pressões e chantagens contra a apuração do assassinato evidencia a força de que ainda dispõem os generais e oficiais militares acusados. Ao mesmo tempo põe a nu a ação daqueles que, dentro da estrutura do governo, lutam para que não ocorram mudanças, em particular as que afetam as Forças Armadas e a impunidade de que até agora acobertava as sujeiras praticadas por militares.

O presidente José Sarney em entrevista recente disse claramente que o governo tem "absoluto interesse em que nenhum crime seja de qualquer modo não esclarecido"... "eu tenho crença e esperança de que também o caso Baumgarten seja completamente elucidado, porque nesse sentido têm interesse a Nação e o próprio governo".

Durante uma entrevista aparentemente extemporânea, o brigadeiro chegou a adiantar-se ao inquérito em andamento, vaticinando: "O caso Baumgarten não tem e não terá solução". E não se limitou a este exercício de futurologia. Disse que não concorda com a "celeuma" em torno do caso, nem com a reabertura das investigações sobre o atentado no Riocentro - vinculado ao assassinato do ex-editor da revista "O Cruzeiro".

Para o ministro da Marinha, "rebuscar o passado é revanchismo; é burrice", além de uma "agressão aos militares". Aconselhou que seja colocada uma "pá de cal", a exemplo do que ocorreu na Espanha com os crimes praticados no período do franquismo; e fez uma ameaça velada ao observar que só assim "é possível governar sem traumas".

AMEAÇAS

Aparentando ter saudades do velho regime, o brigadeiro não se esqueceu de insinuar que o país ainda não se libertou da tutela das Forças Armadas, em sua opinião autoras e protetoras da Nova República. "Se não fosse parte dos militares apoiar a abertura, esta poderia até não ter acontecido, ou pelo menos, não seria tão tranqüila assim. Ou vocês acham que isso tudo aconteceu sem a participação de grupos militares? Se não fossem eles darem o basta as coisas poderiam ser diferentes", argumentou aos repórteres.

No mesmo tom e com a mesma prepotência do brigadeiro, falou o comandante da Escola Superior de Guerra, general Euclides Figueiredo, conhecido por seu raivoso anti-comunismo. Ele saiu a campo para defender a sinistra figura do general Newton Cruz, a quem não poupou elogios: "Newton Cruz é um oficial suficientemente culto e inteligente", disse, garantindo que nem o ex-chefe da Agência Central do SNI nem o general Otávio Medeiros "estão envolvidos no assassinato de Baumgarten, pois são pessoas de mais alta qualidade".

OUTROS DESENCONTROS

Como se isso não bastasse, a opinião pública foi surpreendida na semana passada com a notícia de que o comandante militar da Amazônia, membro do Alto Comando do Exército e ex-ministro chefe do SNI, general Otávio Medeiros, havia prestado um depoimento sigiloso em Manaus sobre o caso Baumgarten. Algo como declarações clandestinas, das quais nem o delegado encarregado pelo inquérito no Rio pôde tomar conhecimento, apesar de ter manifestado sua intenção de assistir ao interrogatório.

Há outros fatos que indicam a existência de sérios obstáculos e pressões contra a elucidação do crime. Também tem causado no mínimo estranheza as contradições e informações desencontradas entre o delegado Ivan Vasquez, encarregado pelo inquérito, e o promotor Murilo Bernardes Miguel na busca do barco e do corpo do pescador Manoel

Presidente José Sarney: "A nação e o próprio governo" têm interesse em que o caso seja "plenamente elucidado"



Foto: Orlando Brito

O caso Mário Eugênio

Finalmente foi elucidado o assassinato do jornalista Mário Eugênio, morto em Brasília em 11 de novembro passado, comprovando-se o envolvimento direto da cúpula da Secretaria de Segurança Pública local e do Pelotão de Investigações Criminais do Exército (PIC). O crime, que pode ser considerado uma versão miniatura do "caso Baumgarten", foi desvendado graças a postura decidida da Nova República em punir os responsáveis.

Com a elucidação do crime a democracia brasileira ganha pontos, na medida em que põe a luz para que servia o clima de autoritarismo reinante durante o regime militar. Além disso, propicia que se desenvolva com mais desembaraço outras investigações sobre casos tão escabrosos - como o da morte do jornalista Baumgarten, o atentado no Riocentro - onde estão envolvidos os chamados "órgãos de segurança nacional" dos generais.

SECRETÁRIO ENVOLVIDO

Bastou que o governo do Distrito Federal saísse das mãos dos militares para que caísse o denso véu que cobria as atividades do "esquadrão da morte" e suas íntimas relações com o aparelho repressivo criado pelo regime dos generais. Esta semana, através do depoimento dos policiais e militares envolvidos no assassinato do jornalista Mário Eugênio, ficou comprovado que o ex-secretário de Segurança, Lauro Reith, e o PIC do exército estavam envolvidos nos crimes do "esquadrão da morte".

O coronel Lauro Reith é o tipo do militar que caracterizou as atividades da comunidade de informações do velho regime. Já em 1966 envolveu-

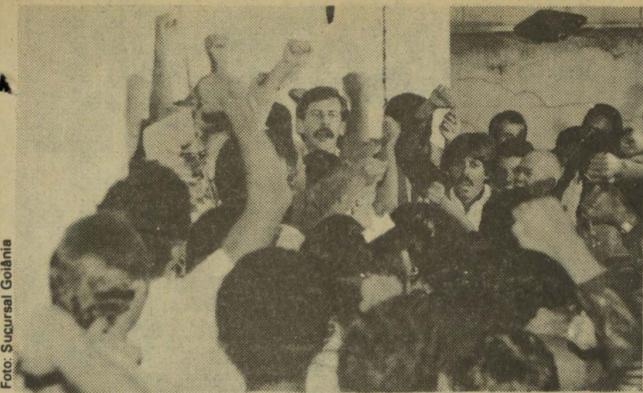
se no assassinato do sargento Manoel Raimundo, no Rio Grande do Sul. Posteriormente viria a ganhar notoriedade pelo estilo de comando que exerceu no combate aos guerrilheiros do Araguaia, quando diversos de seus subordinados acabaram em clínicas especializadas, tal a bestialidade com que dirigia a repressão. Mais recentemente, na Secretaria de Segurança de Brasília, fez dobradinha com o general Newton Cruz na repressão as manifestações populares, particularmente na campanha das diretas.

Durante sua gestão na Secretaria de Segurança, duplicou os efetivos policiais e implantou uma "panelinha" na cúpula policial, desprezando o pessoal da casa, como o jornalista Mário Eugênio.

Isto o incompatibilizou com seus antigos comparsas e levou o jornalista a fazer revelações públicas sobre as atividades do esquadrão da morte. O coronel Reith, porém, não era acostumado a divergência. Incapaz de calar o repórter, passou a persegui-lo. No dia 11 de novembro, o jornalista foi baleado.

Com a substituição do governador do Distrito Federal, coronel Ornellas, e de seu secretário de segurança, as investigações se intensificaram e na semana retrasada o policial Moacir Loyola abriu o jogo, entregando os executores de Mário Eugênio: três policiais e três militares do célebre PIC.

Encerrando as investigações, os cabos Dirceu Pekorski e Davi Antonio do Couto confirmaram que toda a cúpula policial de Brasília e do PIC sabia do assassinato e que as ordens teriam partido do próprio Lauro Reith. O coronel chegara a advertir que se o atentado não fosse realizado logo ele eliminaria pessoalmente o jornalista! (da sucursal)



Euler ao centro: PC do B dará apoio a Daniel Antônio, na legenda do PMDB

Manobra da direita no PMDB de Goiânia

O PMDB goiano está numa encruzilhada: ou apoia Moisés Abrão, candidato à direita do partido; ou cede a legenda de Daniel Antônio, que tem o apoio do PDDB-Jovem, Bloco Popular, Fundação Pedroso Horta, Associação de Suplentes, Frente Feminina etc, além de contar com índices de preferência popular superiores a 70%.

Teme-se que Moisés Abrão, o "candidato dos barões", ligado ao grupo direitista de Irapuan Costa Júnior, utilize o poder econômico para impedir a escolha de Daniel Antônio para as eleições municipais.

Euler Ivo, representante do PC do B, comenta que os comunistas não pretendem lançar candidato à prefeitura em Goiânia, a não ser que Daniel Antônio não saia do PMDB. "Estamos propensos a apoiar um candidato comprometido

com as propostas de mudanças da Nova República e com os interesses populares. O PMDB atingiu 84% da preferência do eleitorado em Goiânia, no pleito de 1982. E Daniel Antônio seria o melhor candidato para este partido, contando inclusive com nosso apoio."

Aldo Arantes, do Bloco Popular do PMDB, considera que "o PMDB não pode negar a legenda ao deputado Daniel Antônio, que conta com o amplo respaldo popular em virtude de seus compromissos com os setores progressistas. Eu acredito que a mobilização popular impedirá que o poder econômico prevaleça sobre os interesses democráticos do partido. Daniel Antônio na prefeitura é um compromisso de mudança. De colocar a máquina da prefeitura em função das camadas mais pobres e oprimidas da população". (Francisco Mesias, da sucursal)

Guterres defende a Nova República no MA

A disputa pela prefeitura de São Luiz, Maranhão, está pegando fogo. PDT, PT e PMDB já lançaram seus candidatos - o partido malufista lançou Gardênia Gonçalves, esposa do ex-governador João Castelo, famoso pela corrupção e repressão em seu governo e por apoiar Maluf.

Mas é o PMDB que mobiliza amplos setores populares. A Convenção da escolha do Diretório Municipal do partido, dia 7, terá uma imensa mobilização: 24 mil filiados deverão escolher entre as duas chapas que se alinham ou com a candidatura do deputado estadual Haroldo Sabóia - que lidera a corrente que se opõe à Nova República -, ou com os que apoiam o deputado Carlos Guterres - que aglutina as forças que somam com o governo José Sarney no sentido do avanço democrático.

O deputado Luiz Pedro, do Bloco Popular do PMDB afirma que está "confiante na vitória dos que se aliam com Guterres, porque defendemos um programa político justo, afinado com o sentimento popular.

Com Guterres, derrotaremos a candidatura direitista de Gardênia Gonçalves, do PDS".

Setores democráticos, entidades sindicais, estudantes e populares vão realizar um encontro para debater um programa de governo a ser apresentado ao candidato do PMDB.

O Partido Comunista do Brasil divulgou nota onde afirma: "A candidatura de Carlos Guterres é a mais identificada com a Nova República e com o povo de São Luís. Embora oriundo do PMDB moderado, o deputado Guterres soube perceber a tempo as modificações na situação política. Saiu às ruas de São Luiz, nos comícios da Aliança Democrática, em apoio à candidatura de Tancredo Neves. Mantém-se em oposição a Luiz Rocha. Saúda as iniciativas do governo com a Lei-de-Greve e o Projeto de Reforma Agrária. Além disso, Guterres está comprometendo-se em fazer uma administração democrática e voltada para os interesses do povo da capital." (da sucursal)



Os comunistas se reuniram na Assembléia Legislativa, em Recife

PC do B em Pernambuco

O Diretório Municipal do PC do B em Recife realizou sua primeira reunião aberta ao público e à imprensa no dia 11, no auditório da Assembléia Legislativa. Foi um ato solene, que divulgou os resultados do Encontro de Dirigentes de Organizações de Base do partido. Foi reafirmado, ainda, o apoio dos comunistas à candidatura do deputado federal Jarbas Vasconcelos, do PMDB, à prefeitura da capital.

Ivanildo Lopes da Silva, do Diretório Municipal Provisório do PC do B, e dirigente do Sindicato dos Eletricistas, presi-

diu os trabalhos.

O deputado Luciano Siqueira transmitiu uma saudação do deputado Jarbas Vasconcelos e acentuou a necessidade da coligação partidária como instrumento da unidade do povo para vencer as forças reacionárias que em Pernambuco se opõem às mudanças. Condenou duramente a posição diversionista do PCB, de lançamento próprio, colocando em primeiro plano seus interesses imediatos de grupo em prejuízo da unidade das forças populares. (da sucursal)

Dornelles derrotado na polêmica do IR

O governo decidiu corrigir a tabela de descontos do Imposto de Renda retido na fonte em 80,3%, equivalentes ao INPC de julho. A medida representou uma vitória sobre os setores conservadores dentro da Nova República.

O ministro da Fazenda havia sugerido o congelamento da tabela, que chegou a vigorar no mês de junho. Com este expediente, impôs uma tributação disfarçada precisamente sobre os trabalhadores situados nas faixas salariais mais baixas. Ao usar um valor nominal que ignorava a corrosão praticada pela inflação, a tabela ampliou o número dos trabalhadores não isentos e na prática elevou o imposto, de 129% (para maiores faixas salariais) até 358% (para as menores).

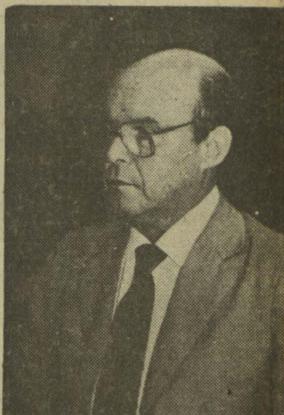
Com este arrocho o governo ia tirar dos assalariados cerca de Cr\$ 10 trilhões extras. Todavia, as pressões contra a

medida foram imediatas, unindo quase toda a Aliança Democrática (inclusive o PFL). Por isso, José Sarney recusou a proposta de Dornelles, corrigiu a tabela do IR e ainda ampliou o limite da isenção até cinco salários mínimos, criando a figura de "dispensa" para retenções inferiores a Cr\$ 47 mil mensais.

O Ministério da Fazenda chegou a adiar o envio de representantes pra negociar com a cúpula do Fundo Monetário Internacional nos EUA. Dornelles teria prometido o congelamento da tabela ao FMI e saiu de fato chamuscado do episódio; circulou até a versão de que ele seria demitido. Procurou disfarçar e não dar sinais de derrota; adiantando-se a Sarney, anunciou a correção da tabela, mas isto só lhe rendeu uma reprimenda do presidente. Tornada pública na semana passada.

O pano de fundo dessas con-

dições é a questão da dívida externa e, conseqüentemente, do receituário imposto pelo FMI. Há a necessidade de maior arrecadação precisamente para manter em dia o pagamento dos débitos contraídos junto aos banqueiros estrangeiros. A crise econômica evidentemente vem sendo agravada pela difícil situação das finanças públicas. A necessidade de medidas para enfrentá-la é reconhecida por todos. A luta é em torno da escolha a ser feita para solucionar o problema: se o governo aplica no país os dólares atualmente desviados para o exterior, suspendendo o pagamento da dívida externa, ou se obtém recursos por meio do arrocho ainda maior do povo (através da recessão, desemprego e redução dos salários). A saída que interessa à nação depende da mobilização da unidade de todas as forças democráticas e patrióticas.



Fundação de Documentação e Memória dos Trabalhadores

Cada sede do PC do B é uma festa operária

Quase todos entre as centenas de presentes eram operários, na festa de inauguração do Partido Comunista do Brasil em Vila Maria, Zona Norte da capital paulista, dia 28. Trabalhadores das fábricas metalúrgicas e têxteis, da grande indústria de brinquedos Estrela e das firmas transportadoras do bairro atestavam o prestígio do PC do B dentro de sua classe.

"Isto aqui é o Partido Comunista!" - exclamou entusiasmado o metalúrgico Alaor Marconi, membro da recém-formada Comissão Distrital da Vila Maria, abrindo a festa: "Comunismo é melhores coisas para nós, operários, e os camponeses. É o que diz aquele emblema lá, a foice

dos camponeses e o martelo dos operários" - disse Alaor, apontando para a grande placa da nova sede. Dos sete membros da Comissão, cinco são operários.

O aluguel da sede é pago com a contribuição dos operários. E para custear a festa, eles venderam canecos

de chope, gravados com o símbolo do PC do B e alguns versos de Brecht, dando direito a beber à vontade.

Enquanto uma bateria de samba do lugar animava a festa, os trabalhadores trocavam idéias sobre este partido diferente, que aparece mesmo fora das campanhas eleitorais e se orgulha de pertencer à classe dos explorados pelo capital. O trabalho do PC do B em Vila Maria é recente, mas mesmo que suas raízes apenas comecem a crescer, é visível a simpatia que ele desperta. Um metalúrgico, alagoano

de Delmiro Gouveia, "operário sofrido e ardido", como ele próprio se intitula, ainda não ingressou no partido. "Estou estudando - diz. - Depende do rumo que ele toma. Se for o socialismo mesmo, aí eu entro." Sua companheira, que também trabalha em fábrica, concorda: "Só um governo operário adianta. Só sabe o que a gente está passando quem está sofrendo junto com a gente."

Ao lado deles, um jovem metalúrgico de 21 anos, demitido há pouco tempo da Filizolla, interrompe a conversa para dizer com orgulho que ele sim, filiou-se ao PC do B. Baiano de Vitória da Conquista, filho de um sapateiro, ele começou a simpatizar com o comunismo quando leu o livro "A Mãe", de Gorki, em sua terra natal, com apenas 13 anos. Veio para São Paulo em 1979, "achando que ia ser alguma coisa", diz. E quando eu respondo que ele, afinal, tornou-se membro do partido e isso já é "alguma coisa", ele contesta no ato: "É, mas isso eu podia ser em Conquista, porque o PC do B está lá também".

Mais adiante, um grupinho da mesma fábrica conversa e bebe chope. Dois deles votaram no PT, trabalhei direito, fiz campanha para o PT, mas o meu partido sempre foi o Partido Comunista. Agora, na legalidade, para mim é uma honra me filiar. Ele conta que "na firma já tem uma turma grande que está bem ao par, falando do PC do B. O partido está subindo".

Outro operário, que veio à festa com 20 companheiros da mesma fábrica, explica que conheceu o Partido Comunista na greve que eles fizeram três meses atrás. E como estava na roda de samba que animava a festa, argumenta que, "se o samba está em todo o lugar", está no PC do B também. Também presente na batucada, um tecelão morador na Vila Munhoz comenta: "Não gosto de partido para o lado dos outros, do dinheiro. Gosto de ver é um partido assim, para o nosso lado." Ele ganha Cr\$ 570 mil por mês, na fábrica, para alimentar mulher e três filhos.

CAMPANHA DE FILIAÇÃO

Buscando traduzir toda essa simpatia em termos de força efetiva, a Comissão Regional do PC do B em São Paulo decidiu lançar uma campanha de filiações com a meta de ampliar os efetivos partidários no Estado para 50 mil membros, até o final deste ano. Com o lema "PC do B é legal, filie-se", a campanha deverá ser lançada publicamente. E pretende lançar mão de uma ampla gama de instrumentos, desde a "A Classe Operária" e o boletim do Diretório Regional, cartazes, folhetos, brindes, até filmes, um manual de filiação, uma cartilha explicando o programa partidário e a utilização dos horários de propaganda gratuita no rádio e televisão, durante a campanha eleitoral para a Prefeitura paulistana.

A campanha dos 50 mil filiados se propõe a colocar o partido em sintonia com a nova situação de legalidade. Afinal, a partir da emenda constitucional de 9 de maio e do pedido de registro do PC do B, em 23 de maio, a legalidade deixou de ser uma aspiração e uma bandeira de luta para transformar-se num fato real. E nesta nova fase da vida partidária - argumenta a Comissão Regional - é preciso ocupar rapidamente todos os espaços que se abrem, amplamente para o partido, para que ele esteja à altura das esperanças que desperta na classe operária e no povo.

(das sucursais)



Elza Monerat, com João Amazonas e José Duarte

Elza: 40 anos de dedicação à causa operária

Elza Monerat ingressou no Partido Comunista do Brasil em 1945. Nestes 40 anos de militância demonstrou inabalável dedicação à causa da revolução socialista e do proletariado. No dia 29 de junho, com o plenário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro lotado, os comunistas fizeram uma emocionante homenagem a esta veterana lutadora.

Na solenidade a mesa foi composta por Maria Dolores e José Roberto, da direção regional do PC do B; João Amazonas, primeiro secretário da Comissão Nacional do PC do B; o vereador Aloísio de Oliveira; o jornalista Augusto Vilasboas, diretor da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); a própria homenageada; e Eduardo Pires, dirigente do Partido Comunista (Reconstruído) de Portugal.

Num discurso educativo, João Amazonas traçou uma biografia de Elza: "Companheira de dias difíceis, dias de horizonte sombrios, mas também companheira de dias de luz, dos radiosos momentos de vitória do movimento operário, da luta de libertação do nosso povo e dos povos de todo o mundo. Elza companheira dos dias brilhantes do pós guerra, onde multidões saudavam a vitória dos povos sobre o regime mais bárbaro que o mundo já viu, a época terrorista do nazismo.

"Mais tarde, quando em 1962 a ameaça pairava sobre o nosso partido, ameaça de liquidação da organização tradicional da classe operária fundada em 1922, aí também estava a companheira Elza Monerat trabalhando anonimamente como sempre, simples, para que A Classe Operária, jornal combativo, sob a direção de Maurício Grabois, pudesse vir à luz para levar nossas idéias - idéias de defesa do Partido Comunista do Brasil, que nunca mudou de ideologia, que nunca passou para as fronteiras do inimigo. Mais adiante, quando o Partido optou pelo caminho da resistência armada, Elza estava na primeira fila dos combatentes do Araguaia".

"Depois, quando era difícil sustentar um aparelho clandestino, e garantir a existência do Partido, ali estava a camarada Elza, até a tragédia da Lapa, quando o inimigo orientado por um traidor - e só assim poderia chegar à casa que servia de aparelho - conseguiu prender Elza Monerat. Todos os bandidos da reação ficaram espantados ao ver então que era você a peça chave no funcionamento desta máquina que durou tantos anos, se admiravam daquela mulher simples, já entrada pelos anos, que sabia cumprir de cabeça erguida as tarefas da revolução.

Comunistas marítimos relançam "Beira da Praia"

Os comunistas cariocas estão anunciando, para breve, o relançamento do jornal "Beira da Praia", órgão do Comitê Marítimo do PC do B. "Será uma nova fase do 'Beira da Praia' nas novas condições existentes no país, com a derrota do regime militar", afirmam os responsáveis pela publicação.

"Beira da Praia" desempenhou importante papel no início da década de 70, na orla marítima do Rio de Janeiro. Era uma folha apenas. Contudo foi um instrumento de propaganda da liberdade e do comunismo, ao mesmo tempo que enfocava os problemas específicos do proletariado marítimo. Ainda, por isso, o ódio dos capitalistas e a perseguição

Elza

*Elza
Vida de mulher é cozinhando?
Lavando?
Remendando?
Não.
Vida de mulher é obedecendo?
Cedendo?
Se escondendo?
Não.*

*Vida de mulher é vida de povo
É trabalhar
É debater
É construir
Vida de mulher do povo
Nascer sem chão
Crescer sem pão
Trabalhar sem razão
Carregando a certeza da transformação
Muitas Elzas nasceram
Joanas ou Marias
E foram
E são
Espelho de outras mulheres que nascerão*

*Pensar no mundo
Erguer bandeiras
Transpor abismos
Travar batalhas contra a discriminação
E de mãos dadas
Elza
Francisco
Maria
João
Avante, no rumo da revolução.*

"Elza não é uma camarada que passou pelo Partido. Ao ingressar em suas fileiras dava um passo naquilo que ela considerou desde aquele momento o verdadeiro caminho da sua vida. E nunca traiu este caminho. Marchou e marchará por ele até os últimos dias de sua vida".

Eduardo Pires, do PC(R), lembrou que depois da "Chacina da Lapa" dezenas de milhares de operários, trabalhadores e intelectuais progressistas se manifestaram com atos públicos e abaixo-assinados junto à embaixada brasileira, em Lisboa, exigindo a libertação de Elza Monerat e outros dirigentes comunistas presos na ocasião.

Vania Oest, filha de Lincoln Oest, dirigente comunista assassinado pela ditadura em 1972, muito comovida, fez um pronunciamento lembrando a militância comunista sob o fascismo.

No final do ato cortou-se um bolo com o símbolo da foice e do martelo. Luiza Martins, Vitória Grabois e Ana Muhis, da Associação Liberdade Mulher fizeram um jogral dedicado a Elza. (Veja o quadro acima)

ÓRGÃO DO PC DO B

É com esse espírito que o "Beira da Praia" voltará. Levantando a bandeira do socialismo, unindo e organizando a classe marítima em suas lutas específicas, como a volta ao trabalho dos funcionários que foram colocados em disponibilidade pela ditadura. Participará também da luta geral dos brasileiros pelas transformações progressistas exigidas.



Na sede do partido em Vila Maria, os canecos de chope com a foice e o martelo

Belém inaugura sede na mesma rua de 1946

Numa festividade simples, mas bastante representativa, foi inaugurada no dia 28 de junho a sede regional do Partido Comunista do Brasil em Belém, na rua Manoel Barata, 993.

Newton Miranda, falando em nome da Comissão Diretora Regional Provisória, ressaltou que o evento representa uma vitória de todo o povo brasileiro, uma conquista na consolidação da democracia. Lembrou tam-

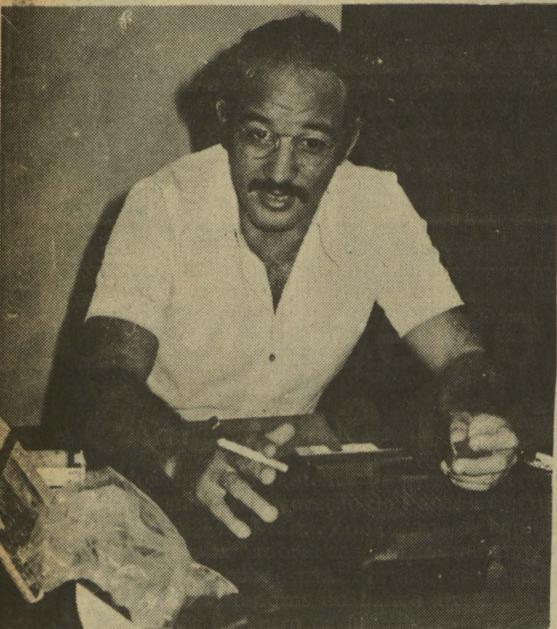
bém que a primeira sede do PC do B, em 1946, quando o Partido teve dois anos na legalidade, era situada naquela mesma rua.

O deputado estadual do PMDB, Paulo Fontelles, bastante emocionado, expressou o seu respeito a todos os militantes do PC do B, lembrou as dezenas de mártires comunistas assassinados pela repressão e expressou a sua confiança na orientação política desta

organização proletária. Também fez uso da palavra o deputado estadual do PMDB, Romero Ximenes, destacando o quanto tem sido imbatível o Partido Comunista, apesar de todos os ataques da repressão. Ele destacou ainda a grande contribuição do Estado do Pará para o PC do B, com grandes nomes como Pedro Pomar, assassinado pela ditadura em 1976, e João Amazonas, primeiro secretário da direção nacional. O operário José Dutra mostrou a importância da classe operária tomar consciência da necessidade de seu partido e previu que nas condições de legalidade, as fileiras comunistas devem crescer rapidamente.

Emocionados, centenas de populares, lideranças sindicais, comunitárias e estudantes assistiram ao descerramento da placa com o nome e o símbolo do Partido - o que foi realizado por dona Anita Fontelles (mãe do deputado Paulo Fontelles), Manoel Dutra (da Comissão Diretora Regional) e Aldemir (militante comunista desde 1942).

No desenrolar da comemoração houve apresentações de danças folclóricas, apresentadas por grupos de bairros, enquanto era servido chope para os presentes. Na ocasião 38 pessoas ingressaram no Partido, na maioria jovens operários. (da sucursal)



Paulo Fontelles

São Gonçalo homenageia heróis proletários

Com muita vibração e presença popular expressiva, foi inaugurada, no dia 27, a sede do PC do B em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Após o descerramento de uma placa de quatro metros quadrados na fachada do prédio, foi apresentada a Comissão Provisória do partido no município. Foram homenageados os comunistas de São Gonçalo que tombaram nos 21 anos de resistência à ditadura militar: Carlos Danieli, Lincoln Oest, Daniel Callado, Sônia Urubino dos Santos, Ranielo Rosário.

Homenagem especial foi prestada a Alberto Andrade, antigo comunista da

cidade, que mesmo numa cadeira de rodas fez questão de participar da inauguração da sede de seu partido. Os jovens militantes do PC do B ofereceram ao velho combatente uma bandeira do partido.

Algumas personalidades do município estiveram presentes e usaram da palavra. Entre elas, o presidente do PDT, Edson Ezequiel; o vereador Juracy Brito (PDT); o representante do PMDB, Pedro Nunes; e o gerente regional da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro, Ruy Guimarães.

ATO-SHOW NO CRATO

No Crato, interior do

Ceará, a Comissão Provisória do PC do B promoveu recentemente um ato-show no conjunto habitacional Novo Crato, num bairro muito populoso. Apresentações musicais e discursos de representantes de vários partidos políticos e entidades locais alternaram-se. O interesse popular em conhecer em mais detalhes a história do partido que resistiu a tantas perseguições e tantas dificuldades nos seus 63 anos de vida foi muito grande. O PC do B tem desenvolvido uma atividade destacada no Crato, participando de atos como o do 1. de Maio etc.

(das sucursais)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Os generais não querem mudanças

Segundo o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octavio Moreira Lima, não se deve remexer no caso Riocentro, assim como deve-se considerar "sem solução" o caso Baumgarten. Para o ministro, rebuscar o passado "é revanchismo, é uma agressão aos militares".

CONDENAR A DITADURA

O que o ministro pretende, como aliás tem sido repetido incessantemente pelos generais, é que se construa a Nova República sem negar o regime militar. É construir a democracia sem condenar a ditadura.

O povo saiu às ruas aos milhões, não para conciliar com o sistema de opressão mas para julgá-lo e condená-lo cabalmente. Agora, a situação é caracterizada pela batalha política entre os que desejam mudar em profundidade e os que desejam conservar ao máximo o velho regime. Mas para proceder a mudança de forma conseqüente, é indispensável analisar o que ocorreu nos últimos 21 anos e remover, com base neste estudo, o espírito autoritário que inspirou toda a atividade dos generais. Sempre, para que os movimentos sociais pudessem avançar, foi necessário apoiar-se na história. É isto que o ministro quer impedir.

No caso do Brasil, o que está acontecendo é que, pelo processo em que se deu a transição democrática, muitos dos responsáveis pelos crimes contra o povo permanecem encastelados na Nova República. Por isto é que atacam ferozmente qualquer tentativa de "rebuscar o passado".

NOVOS CONCEITOS

Episódios como os do Riocentro e do jornalista Baumgarten precisam ser inteiramente desvendados e seus responsáveis exemplarmente chamados a prestar contas diante da Justiça e do povo. Sem isto não se pode garantir a democracia no país. Se a apuração da verdade atinge as Forças Armadas, é porque foi com base nesta instituição que se construiu o regime mais antinacional e mais antipopular de nossa existência como nação.

Além de apontar os criminosos, a avaliação deste período deve conduzir à formulação de novos conceitos sobre o papel das Forças Armadas e, com base nisto, traçar orientações democráticas para a nova Constituição a ser elaborada pela Assembléia Constituinte. Só assim criaremos no país condições para impedir a liandade e coibir, de forma conseqüente, os golpes e intervenções dos generais na vida política. Aliás, coincidentemente, os generais vêm dizendo, a toda hora, que o papel das Forças Armadas já está definido e que a Constituinte não tem nada a alterar neste assunto. Tudo faz parte da mesma orquestra reacionária, que pretende perpetuar a tutela da oligarquia estrelada sobre o Brasil.

CARÁTER DE CASTA

Quanto à acusação de revanchismo, parece com a história do batedor de carteira que corre gritando pega ladrão. Os generais até hoje não consentiram que a lei da anistia, conquistada pela luta do povo, fosse aplicada de fato aos militares de funções subalternas punidos pela ditadura por motivos políticos, numa evidente demonstração de vingança. Agora berram que os crimes contra a humanidade - como o atentado que se desse certo causaria uma chacina no Riocentro - e que inclusive foram cometidos após a decretação da anistia, devem ser esquecidos.

O povo, assim como todos os democratas honestos, precisam analisar cuidadosamente o passado e tirar daí as lições para o futuro. E um dos principais ensinamentos tirados do golpe militar de 1964 é a necessidade de democratizar as Forças Armadas, retirar o seu caráter de casta, eliminar o espírito elitista que orienta o seu funcionamento.

(Rogério Lustosa)



Primeira mentira: "O PNRA atenta contra o direito de propriedade"

"É uma proposta socialista e comunista para mudar o regime." (documento de 150 fazendeiros de Aracatuba, São Paulo)

"Um governo (o de Goulart) já caiu por ter procurado atingir o princípio básico do respeito à propriedade." (Luiz Carlos Silva Lima, presidente da Associação dos Fazendeiros do Xingu, Pará)

"A reforma agrária é inaceitável, pois traz embutida intenção comunista." (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo)

Ao se ouvir tal disparate, é impossível não lembrar que o mesmo argumento, sem tirar nem pôr, foi usado há um século... para impedir a abolição da escravatura. Os senhores de escravos, bisavós dos latifundiários de hoje, alegavam que libertar os cativos violava a propriedade!

É que há no mundo mais de um tipo de propriedade. O que a reforma agrária coloca em pauta hoje é o fim, não da propriedade privada em geral, e sim da propriedade latifundiária, o fim do monopólio da terra por um punhado de parasitas.

Este monopólio, herdado da velha ordem feudal, entrava inclusive o livre desenvolvimento do capitalismo. Tanto que na França ele foi quebrado pela revolução burguesa de 1789. E nos Estados Unidos um pilar do progresso capitalista no século XIX foi o *Homestead Act*, de 1862, uma lei que garantiu às famílias de trabalhadores o acesso à terra.

Assim, Sarney tem razão quando alega que, longe de "violentar a propriedade", "o que nós desejamos é aumentar o número de proprietários".

Aliás, diga-se de passagem, o PNRA é complacente inclusive para com a propriedade latifundiária: prevê a indenização integral das terras, em títulos da dívida pública, e das benfeitorias, em dinheiro sonante.

A gritaria dos latifundiários não é propriamente em defesa do direito de propriedade. É a favor do direito *deles* continuarem agarrados à terra como carrapatos a um boi gordo. E contra o direito de propriedade dos que trabalham de fato na lavoura.



Segunda lorota: "A reforma agrária vai prejudicar a produção"

"A reforma agrária é um lobi-somem capaz de fazer com que falte comida já no próximo ano. Vai desarticular o sistema produtivo da agricultura nacional." (Cardoso de Almeida, fazendeiro, ex-deputado da Arena-SP)

"A propriedade em fase de produção, mesmo que não tenha atingido a classificação de empresa rural, não deve ser visada." (proposta do congresso dos latifundiários em Brasília)

Quem ouve os poderosos da terra pode até pensar que são eles que alimentam o país. Mentira. O latifúndio é o maior entrave à nossa produção agrícola. Ainda recentemente, lembrávamos que o elemento produtivo dinâmico na agricultura brasileira, hoje, está nas propriedades de menos de 100 hectares. O censo agrícola do IBGE em 1980 mostra que, apesar de possuírem 20% da área dos estabelecimentos, elas entram com 50% da área de lavouras, têm 48% do parque de tratores, colhem 49% do arroz, 55% da soja, 60% do café, 72% do milho, 78% da batata, 83% do feijão e 89% da mandioca que este país produz (ver TO nº 220).

Vale citar mais números sobre esse "sistema produtivo da agricultura nacional" que o latifúndio criou. Pelo censo, as lavouras no país não passam de 49 milhões de hectares, ou 13,5% da área total. Porém as matas cobrem 88 milhões de hectares, e as pastagens 174 milhões. Graças a tal "sistema", a produção por habitante-ano teve o seguinte desempenho entre 1978 e 1983: o arroz caiu

Sete mentiras do latifúndio

A ofensiva política, propagandística e paramilitar dos senhores de terra contra o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) teve um ponto alto com o congresso que reuniu perto de 3 mil fazendeiros em Brasília, nos dias 27 e 28 últimos. Em um mês exato, desde o anúncio do plano do governo até o congresso, o latifúndio brasileiro deu uma notável demonstração de espírito de classe, organização, prepotência e reacionarismo.

O resultado da ofensiva, todavia, foi modesto. Ela não conseguiu engavetar o PNRA, nem derrubar o ministro da Reforma Agrária, Néelson Ribeiro, ou o presidente do Incra, José Gomes. Obteve apenas uma vitória parcial - uma dilatação para 60 dias no prazo de debate do plano.

Enquanto isso os setores empenhados na reforma agrária começam por sua vez a movimentar suas forças imensas (ver pag.6). Entendem que o PNRA apesar de limitado merece apoio decidido. Tem início o que pode se transformar numa formidável campanha de massas antilatifundiária. Mas para tanto é indispensável pôr a nu as mentiras dos poderosos da terra, das quais selecionamos estas sete, entre as mais cabeludas:



de 64 quilos para 60; a batata de 18 para 14; o feijão de 19 para 12; o trigo de 23 para 17 quilos.

É esse atraso calamitoso que gera tanta celeuma sobre a desapropriação das terras ditas "produtivas". Para o latifúndio, a fazenda é "produtiva" se tiver, digamos, uns bois soltos no pasto - mesmo que não cheguem a meia cabeça por hectare. Ocorre que o próprio Estatuto da Terra fixa critérios para dizer se uma propriedade é produtiva ("empresa rural"), ou improdutiva ("latifúndio por exploração"). E mesmo por estes critérios, extremamente frouxos em comparação com outros países, quatro quintos da área ocupada são de "latifúndios" e só 13% de "empresas rurais".



Tercelra patranha "O plano está atijando os conflitos no campo"

"Não desejamos implantar uma reforma agrária, mas uma reforma ideológica (sic) que vai gerar conflitos violentíssimos." (Eduardo Ferreira Fontes, vice-presidente da Federação da Agricultura de São Paulo)

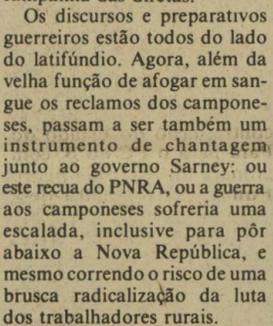
"Em vez de terminar com a violência o plano age como insuflador do ato criminoso." (Flávio de Menezes, líder da Sociedade Rural Brasileira)

"A guerra agora é para valer". (Armando Falcão, fazendeiro em Quixeramobim, Ceará, e ministro nos tempos da ditadura)

Nessa questão dos conflitos, a hipocrisia malévola dos grandes proprietários faz lembrar a fábula do lobo e do cordeiro.

É fato sabido que as lutas pela terra vêm num crescendo há anos, justamente devido à expansão do latifúndio. Só em 1984 elas deixaram um saldo estimado pela Contag, CTP e ABRA em 180 mortos. Portanto, não foi o plano anunciado há um mês que causou os conflitos. Pelo contrário, foi a situação conflituosa, insustentável, que forçou o novo governo a mexer no assunto tabu da estrutura fundiária, lançando o PNRA. Além disso, o movimento camponês tem mostrado uma paciência de Jó frente às provocações dos poderosos da terra. O sindicalismo rural mobiliza suas bases no sentido de apontar as áreas prioritárias para assentamentos e empurrar a aplicação do PNRA. O Movimento dos Sem Terra decidiu substituir as ocupações de áreas devolutas, que vinha promovendo, pelo alistamento de pretendentes a lotes. Nas cidades propõe-se manifestações de massas no mesmo espírito de unidade e civismo da campanha das diretas.

Os discursos e preparativos guerreiros estão todos do lado do latifúndio. Agora, além da velha função de afogar em sangue os reclamos dos camponeses, passam a ser também um instrumento de chantagem junto ao governo Sarney: ou este recua do PNRA, ou a guerra aos camponeses sofreria uma escalada, inclusive para pôr abaixo a Nova República, e mesmo correndo o risco de uma brusca radicalização da luta dos trabalhadores rurais.



Quarta falsidade: "É a política agrícola que tem importância"

"O PNRA toma como gênero o que é espécie (a Reforma Agrária) e como complementar o que é essencial (a Política Agrícola)." (documento do congresso nacional dos fazendeiros)

Esta empulhação foi ganhando espaço à medida que o latifúndio se deu conta da necessidade de tentar atrair, pelo medo e pelo engano, os pequenos e médios proprietários agrícolas. Estes últimos reclamam, com justa razão, da política agrícola que suportam há anos. O latifúndio então agita a bandeira - "Política Agrícola!" - tentando arrastá-los atrás de si.

Evidentemente a política agrícola é importante. Mas qual política? A questão essencial, aqui, está ligada precisamente à estrutura agrária e aos interesses de classe que ela compreende. A política agrícola deve estar a serviço do latifúndio, da monocultura e dos produtos de exportação? Ou deve priorizar o atendimento ao pequeno produtor, ao abastecimento do mercado interno, à redução das disparidades regionais e sociais?

Os pequenos e médios proprietários, homens de espírito prático, podem tomar exemplo concreto do financiamento à agricultura. Os dados disponíveis mostram que, entre 1966 e 1976, a falta de créditos destinada aos pequenos produtores chegou a 34% para 11%, enquanto a parte dos grandes produtores cresceu de 20% para 53%. O que isso mostra é que a política agrícola precisa mudar inclusive e especialmente para acabar com os privilégios de

latifúndio. E que os médios e pequenos proprietários nada perderão com a reforma agrária. Pelo contrário, só têm a ganhar com uma mudança que passe a dar valor a quem de fato trabalha a terra.

Latifúndio. E que os médios e pequenos proprietários nada perderão com a reforma agrária. Pelo contrário, só têm a ganhar com uma mudança que passe a dar valor a quem de fato trabalha a terra.

latifúndio. E que os médios e pequenos proprietários nada perderão com a reforma agrária. Pelo contrário, só têm a ganhar com uma mudança que passe a dar valor a quem de fato trabalha a terra.



Quinta impostura: "Não se pode dar terra a quem não tem vocação"

"A agricultura é uma vocação; por isso doar terras a agricultores despreparados e desinteressados é um grave erro." (Darli Alves, presidente da Federação da Agricultura do Rio de Janeiro)

"A questão da terra deve ser o último item. Primeiro temos que tratar da educação dos homens, prepará-los para que eles fiquem no campo." (Hélio Garcia, governador (pelo PMDB?) de Minas Gerais, fazendeiro na Zona da Mata, ex-secretário geral da Federação da Agricultura de Minas)

De todas as mentiras que compilamos, esta é talvez a mais carregada de preconceitos dessa malcheirosa oligarquia rural, neta de senhores de escravos. Segundo esses senhores, o latifúndio tem terras porque "tem aptidão", soube trabalhar. E o pobre camponês não tem um palmo de chão porque é "despreparado", não possui "educação".

Ora, ora, senhores latifundiários! Os senhores não trabalham; vivem como parasitas, dos frutos do suor alheio; não sabem o que é um cabo de enxada ou um calo na mão; geralmente moram longe, nas capitais; às vezes nem sequer põem o pé nas suas imensas fazendas. E ainda têm o topete de acusar os camponeses de não terem "vocação" para a lavoura!

O que a reforma agrária objetiva é precisamente entregar a terra a quem tem de fato aptidão e disposição para lavrá-la. E penalizar os que revelam uma revoltante "aptidão" para abocanhar léguas e léguas de chão.



Sexta conversa fiada: "O governo não tem nada a fazer pelas terras públicas"

Reforma agrária deve

começar pelas terras do governo, depois pelas da Igreja." (Sylô Costa, fazendeiro e deputado, do PDS de Minas Gerais)

"O PNRA deverá desenvolver sua atuação a partir das terras públicas e das áreas devolutas da União, dos Estados e Municípios." (documento do congresso dos latifundiários em Brasília)

Este matreiro argumento está entre os prediletos dos defensores do *status quo* da estrutura fundiária. De fato, o poder público tem em suas mãos uma área considerável, quase igual àquela já ocupada por propriedades agrícolas. Não seria mais lógico assentar ali os sem terra?

Ocorre que estas áreas não foram ocupadas precisamente porque ainda não há como fazê-las produzir. Na grande maioria estão localizadas na Amazônia, no "lado de lá" da fronteira agrícola. Quase sempre ficam distantes das cidades, em zonas inóspitas e desprovidas das condições de infraestrutura indispensáveis à agricultura. Todo o sistema de transporte, armazenagem, crédito, eletrificação, acudagem etc. foi construído com dinheiro público, em benefício do latifúndio. Não teria sentido, nem daria resultado, pretender agora exilar os trabalhadores sem terra nas lonjuras amazônicas, apenas para os latifundiários continuarem donos de seus domínios.

Aliás, essa solução foi tentada, a partir de 1970, no governo do general Médici, de triste memória, no chamado "Plano de Integração Nacional", que incluía a construção da rodovia Transamazônica. Passados 15 anos, sabe-se no que deu esse plano: a Transamazônica, jamais concluída e intransitável, mais parece uma picada na selva; e os planos de assentamento de colonos à sua margem fracassaram estrepitosamente.

Naturalmente as terras devolutas devem ser ocupadas, à medida em que a fronteira agrícola se dilate até completar a ocupação do território nacional. Mas colocar este processo como condição prévia para se passar à reforma agrária é o mesmo que jogar tudo para as calendas.



Sétima engabelação: "Impostos e colonização sim, desapropriação não"

"Há neste documento (do PNRA) uma inversão de prioridades: a desapropriação passa a primeiro plano." (Roberto Campos, senador do PDS-MT)

"A via tributária, na maioria dos casos, é um instrumento perfeitamente viável." (Antonio Ernesto Salvo, presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais)

Constrangido à defensiva, o latifúndio lança o argumento da colonização e principalmente da tributação como manobra diversionista. Não tenciona de fato pagar mais impostos, e sim ganhar tempo dobrar o governo.

Basta ver que mesmo hoje a tributação bastante suave que incide sobre a terra é sistematicamente sonegada pelos grandes fazendeiros. Segundo o Incra, só os impostos sonegados nos últimos cinco anos somam Cr\$ 3,4 trilhões, e a maior parte desta soma corre por conta da grande propriedade e não dos pequenos que lutam com tantas dificuldades.

Na verdade, caso o governo partisse de fato para uma tributação progressiva e pesada sobre as propriedades fundiárias, o berreiro dos latifundiários se faria ouvir do mesmo jeito. Apenas, como a lei reza que um imposto não pode ser aprovado e aplicado no mesmo ano, e já estamos em julho, as novas taxas só começariam a ser cobradas em 1987, dando tempo para a oligarquia rural tornar ainda mais encarniçada a sua resistência.

O essencial é que o latifúndio não tolera a perspectiva de perder suas terras, base de seu poder econômico e político, seja pela desapropriação, seja pela tributação. E a furiosa reação dos latifundiários ao PNRA mostra bem que vale a pena o movimento camponês não se empregar a fundo na aplicação deste plano.

(Bernardo Joffily)

DE OLHO NO LANCE

Neutralismo não

Comentando a proposta errônea do ministro da Fazenda Francisco Dorneles, de adiar a correção da tabela do Imposto de Renda, apertando com isto o cinto dos trabalhadores, o deputado Ulysses Guimarães afirmou: "O PMDB apóia o governo, mas não é governo".

Qual foi o principal partido que garantiu a escolha de Tancredo e Sarney na batalha sucessória? De que partido são os líderes do governo na Câmara Federal e no Senado? De que partido saiu a maioria dos ministros? Qual o principal partido no Conselho Político do governo? O PMDB não só é governo como é o principal partido no governo.

Não se compreende que o presidente do PMDB, quando diversas forças, declaradamente ou não, tentam desestabilizar o governo, se exima da responsabilidade de ajudar o governo a cumprir as promessas da campanha eleitoral e procure se apresentar como um crítico descomprometido. Dentro da Nova República existem sabidamente forças, como o sr. Dorneles, interessadas em conservar a herança da ditadura. O que se impõe aos democratas conseqüentes não é colocar-se à margem do processo, mas arregaçar a manga e envolver-se inteiramente na refrega, para respaldar o presidente Sarney e lutar para que sejam colocadas em prática as transformações que a nação reclama.

Foto: César D'Almeida

César D'Almeida



De braços cruzados, a "Seleção dos Demitidos" do Mappin; a luta ainda não acabou

Mappin mantém sistema de segurança fascista

O Mappin, uma das maiores lojas de departamentos da América do Sul, tem um verdadeiro sistema de cárcere privado, destinado a atemorizar clientes suspeitos de roubo e os comerciários que não rezam pela cartilha da direção. Mas a loja surrupia semanalmente milhares de horas extras de seus funcionários. Os comprovantes de trabalho realizado inclusive nos domingos desaparecem misteriosamente.

Fatos como esses vieram à tona depois de um movimento grevista que começou em março com os trabalhadores do setor de transporte do depósito. Os motoristas conquistaram estabilidade até setembro, estendida a todos os funcionários das várias lojas da Casa Anglo-Brasileira, conhecida como Mappin.

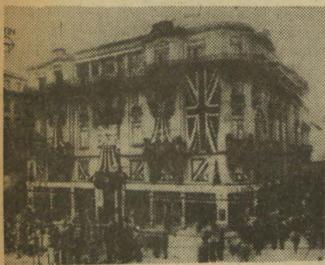
Insatisfeitos com seus salários, entre os mais baixos da categoria, os comerciários elaboraram uma pauta de reivindicações e uma lista de irregularidades cometidas pelo Mappin. Pressionado, o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio encaminhou a posição dos comerciários à Delegacia Regional do Trabalho. Foi o que bastou para que nove pessoas fossem demitidas, cinco das quais da comissão de negociações.

Os comerciários contavam com a estabilidade conquistada em março se sentiram traídos pela direção das lojas e pelo Sindicato dos Comerciários que, sem consultar a categoria, assinou um contrato que garantia: "Os empregados se comprometem a não participar, de qualquer forma, de nenhum movimento de greve ou paralisação visando novas reivindicações no período de garantia de estabilidade, sob pena de rescisão por justa causa". As demissões foram o estopim da greve, que levou a uma paralisação parcial de três dias na cadeia de lojas Mappin, o que não ocorria há nada menos de 28 anos.

O maior índice de adesão ao movimento ocorreu no setor de saldos, o "saldão" que só funcionou devido ao remanejamento de pessoal.

REVOLTA ACUMULADA

Por detrás dos sorrisos e da gentileza com que atendem à clientela por oito, dez e até 12 horas por dia, os comerciários de São Paulo começam a dar vazão a um grande sentimento de revolta reprimido a ferro e fogo nesses anos de ditadura militar. E não sem razão. Os patrões não aceitam que ventos da Nova República arejem os departamentos das lojas, nem que cheguem sequer nas portas das fábricas.



Uma das primeiras lojas da casa Anglo-Brasileira, na Praça Patriarca. Agora a cadeia de lojas chegou na rica Zona Sul paulistana do Itaim

Movimentos como essa greve serviram para trazer à tona o sistema repressivo e autoritário em funcionamento no comércio paulista e no Mappin em particular.

Os caixas Milton Loiola e Amauri Ferreira Cunha, ambos com mais de um ano de casa, explicam o que acontece em seu setor: "Trabalhamos com um sistema de código" - diz Amauri, o "Ceará". "Quando vendemos um produto digitamos o número de código dele num computador para dar baixa no depósito. Na prática trabalhamos como digitadores. Deveríamos trabalhar, por lei, 6 horas por dia. Trabalhamos oito. Além disso, nos dias de pique, chegamos a ficar 12 horas dentro da loja. Trabalhamos no sub-solo, uma seção fria. E não tem adicional de insalubridade".

Loiola completa: "se fizermos um erro no caixa, somos obrigados a pagar a diferença. Fazemos em média cerca de mil autenticações (dar baixa no carnê de pagamento) por dia. Os chefes ficam exigindo produção. Acabamos errando mesmo". Um caso que corre pelo Mappin é o de uma caixa que está pagando até hoje a diferença de um milhão que ela não conseguiu descobrir onde errou. Desesperada, sem receber salário, ela acabou retirando Cr\$ 250 mil para poder sobreviver. A segurança decidiu então verificar onde estava o erro dela. Se isto for constatado, ela pode ficar. Mas o Mappin não devolve o que ela já pagou até agora - quase tudo. Em resumo, o funcionário paga à menor suspeita, sem direito a verificação ou restituição.

SEGURANÇA FASCISTA

Dois fiscais que preferem não se identificar para não perder o emprego relatam: "Quando tivemos treinamento, nos disseram que tínhamos a função de fiscal de loja, para evitar roubos. Mas na prática somos obrigados a vigiar nossos colegas" - diz um deles. "Somos jogados contra os outros funcionários, vendedores, auxiliares etc. Assim eles dividem a gente. Trabalhamos num clima de intranquilidade e inimizade". O outro agrega: "Além disso, cada fiscal vigia o outro. A sala de segurança é chamada SS. Quem vai lá, cliente ou funcionário, sofre o diabo. Eu assisti um cliente ser

espancado na sala, que é cercada de grades, por dois seguranças. Sai para não ouvir os gritos. Uma funcionária foi levada para revista. Embora sem provas, foi demitida".

As funcionárias sofrem revistas diárias em suas bolsas, feitas pelos seguranças. E nos vestiários ocorre o mesmo com todo mundo. "Às vezes, para dar justa causa em alguém, os chefes colocam qualquer porcaria no bolso do funcionário, que é despedido sumariamente. Se fazemos amizade com vendedor ou auxiliar sofremos ameaça".

Em fevereiro um funcionário foi levado à SS sob suspeita de ter roubado uma fita cassette. Não acharam nada, mas ele foi espancado até sangrar e ficou quase cinco horas na sala - relata um dos seguranças. "Não concordamos com este sistema autoritário e fascista. Mas temos medo da repressão".

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Márcia Mendes, casada, mãe de três filhos, conta os problemas dos vendedores: "O sistema de salário é uma loucura. Os 10 mil funcionários da rede Mappin têm diversas formas de receber: salário fixo, com uma quota mínima de venda; comissão sobre o que vendeu ou uma mistura das duas coisas. A média salarial é de Cr\$ 500 mil líquidos. Mas tem muita gente ganhando Cr\$ 200 ou Cr\$ 300 mil". "Trabalhamos muita hora extra - afirma Eli, do Saldão - mas não recebemos por isso. Se temos que etiquetar mercadoria durante a semana. Ou seja, perdemos a comissão e não ganhamos o extra. Por isso estamos exigindo piso salarial e mais uma porcentagem de comissão".

Todos os entrevistados são unânimes em criticar o atendimento médico na empresa. João Jurado, vendedor do setor de saldo, conta que passou mal e foi para a enfermaria. "Só chamaram o médico quando piorei muito e caí da maca". Márcia denuncia: "Minha filha estava com hepatite grave. Disseram que não era nada. Levei para o convênio do meu marido onde o médico afirmou que ela corria risco de vida..."

Enquanto isso ocorre, o Mappin vendeu em 1983 cerca de Cr\$ 124 bilhões e teve um lucro líquido de Cr\$ 5,2 bilhões, segundo o que a própria empresa admite. Em novembro do ano passado ampliou sua rede construindo um verdadeiro shopping no Itaim Bibi. "Cada tijolinho de lá tem o suor e o trabalho dos funcionários do Mappin - conclui um vendedor. Todo o lucro deles é às nossas custas". (Olivia Rangel)

UBES faz congresso após um ano de vitórias

No congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), de 5 a 7 de julho em Belo Horizonte, conclui-se vitoriosamente a gestão de sua diretoria, que soube compreender o momento histórico vivido pela sociedade e participar ativamente dele. Junto com as lutas específicas somou forças nas campanhas das Diretas Já e pela candidatura Tancredo Neves.

"Este Congresso vai ser um dos principais da história da UBES, pois pela primeira vez uma entidade estudantil nacional realiza seu congresso após o fim do regime militar", afirma confiante o tesoureiro da UBES, David Molinari. E acrescenta: "Se nos congressos anteriores a luta principal que se travava era a forma de se acabar com o regime militar, agora os estudantes deverão discutir e elaborar uma proposta para a mudança a fim de construir uma nova escola".

A UBES já tinha um passado glorioso de lutas contra a ditadura. E participou ativamente da campanha de massas que enterrou o governo dos generais. Desde o início esteve presente na campanha das Diretas Já e, pouco depois, entendendo a necessidade da união das forças oposicionistas para derrotar o regime militar, apoiou resolutamente a candidatura Tancredo.

ENTIDADE LEGAL

Fruto destas lutas, hoje a UBES é uma entidade legalizada juridicamente - o que pode ser considerada uma das mais importantes vitórias desta gestão. Também foi reconhecida politicamente, pois seus diretores mantêm diálogo aberto com os secretários estaduais de Educação, com o ministro Marco Maciel e têm assento nos fóruns nacionais das secretarias de Educação.

A UBES também não se descuidou das questões específicas educacionais. Fez mobilizações nacionais por liberdade nas escolas e por mais verbas para a educação. Vitórias parciais foram conseguidas neste sentido. Um grande avanço foi a aprovação pela Câmara Federal do projeto do deputado Aldo Arantes (PMDB-GO) que permite a livre organização dos grêmios estudantis. Também - um dos pontos de pauta de seu plano de emergência - a regulamentação da emenda Calmon foi aprovada pelo Congresso Nacional no final de junho.

Lei Calmon regulamentada, uma vitória dos estudantes

A câmara dos Deputados e o Senado aprovaram recentemente o projeto que regula a aplicação da Emenda Constitucional nº 24 apresentada pelo senador João Calmon (PFL-ES) e aprovada em 1983, que prevê a destinação de um mínimo de 13% da receita tributária da União e 25% dos Estados, Municípios e Distrito Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A regulamentação foi proposta pelo próprio Executivo durante o governo João Figueiredo e inicialmente tinha o propósito de burlar a própria emenda. Todavia, sofreu modificações, apresentadas pelo deputado João Gil-



Secundaristas de Osasco lutam pelas diretas-já em abril de 1984

Plano de Emergência

No final de 1984, a UBES lançou um plano de emergência (debatido e aprovado no 5º Conselho Nacional de Entidades Gerais) para que se revertesse a curto prazo a situação crítica no ensino. Com a maior liberdade existente na Nova República e a mobilização dos estudantes, estas medidas - divididas em quatro pontos básicos - têm condições de serem aplicadas.

1) Ênfase no fortalecimento da escola pública e gratuita de 1º e 2º grau: 12% do orçamento da União e 25% dos Estados e Municípios para a educação; aplicação imediata da Lei Calmon (veja matéria abaixo); reforma tributária a fim de garantir recursos para a educação; redefinição do mecanismo do salário-educação, garantindo aos Estados e municípios seu repasse; ampliação da rede federal e estaduais de escolas técnicas.

2) Melhoria da qualidade de ensino e de sua função formadora de uma consciência nacional, democrática e popular: participação da comunidade educacional na reformulação do livro didático, com sua padronização; maior incentivo ao esporte e a cultura dentro das escolas; regulamentação do salário dos professores, respeitando-se o piso salarial da categoria de suas respectivas regiões; diretrizes para a elaboração de

um plano único nacional da carreira do magistério; instituir a obrigatoriedade da contratação remunerada de estagiários pelas empresas públicas e privadas, para os cursos profissionalizantes.

3) Garantia de acesso dos estudantes ao ensino de 1º e 2º grau: rebaixamento dos aumentos nas escolas particulares, com aumentos inferiores aos índices do INPC (contra o reajuste automático); fim das cobranças de taxas nas escolas públicas; moradia aos estudantes necessitados; passe escolar gratuito para estudantes de 1º grau e abatimento de 50% nas passagens de ônibus para alunos de 2º grau.

4) Democratizar a estrutura da educação para democratizar o saber: legalização e reconhecimento da UBES, uniões municipais e estaduais estudantis e demais entidades; reformulação no Conselho Federal de Educação com a participação de estudantes, professores e funcionários indicados pela UBES, CPB, Andes, Fasuba e UNE; aprovação do Projeto de Lei do deputado federal Aldo Arantes, que prevê a organização de grêmios estudantis livres e autônomos; eleição direta para diretores de escola, pelos professores, funcionários, estudantes e pais; apoio à proposta de lei permitindo o voto aos maiores de 16 anos de idade.

Junto com estas atividades, a entidade nacional dos secundaristas apoiou a luta dos professores que se espalhou por vários Estados; realizou o II Seminário Nacional, onde foi elaborado um documento com a síntese dos problemas mais imediatos da Educação que necessitam ser solucionados; ajudou na rea-

lização do 1º Show dos Estudantes, em São Paulo, com cerca de 20 mil pessoas. Mesmo enfrentando o arbítrio da ditadura em seus estertores, nesta gestão da UBES o número de entidades secundaristas praticamente dobrou, passando de 130 pessoas para quase 250.

Eleição no C.C.O.

O Centro de Cultura Operária de São Paulo realizará assembléia geral dia 20, em sua sede à rua Maria José, 326, às 15 horas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1 - Prestação de contas da atual diretoria;
- 2 - Mudança do artigo 23 dos estatutos da entidade;
- 3 - Eleição e posse da diretoria (gestão 1985-1987).

Centro de Documentação e Memória
José Duarte, presidente do CCO.
Fundação Mauricio Grabois

Greve vitoriosa dos trabalhadores da Comurg em Goiânia

Os trabalhadores da Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg) acabam de obter uma significativa vitória. Desde o dia primeiro de julho cerca de três mil funcionários estavam em greve em defesa do acordo coletivo de trabalho, celebrado há quase cinco meses, que vinha sendo sistematicamente burlado pela direção da empresa. Na tarde do dia três, após audiência com o prefeito, com a presença de vários vereadores, ficou acertado que o acordo será cumprido. E ficou garantida a criação de uma comissão para fiscalizar a aplicação desta medida.

Anteriormente o presidente da Comurg, Pedro Celestino, havia se recusado a receber os representantes do Sindicato dos Empregados nas Empresas em Asseio e Conservação (Seacons), que representa a categoria, para negociar. Ao mesmo tempo jogou sobre o prefeito Nion Albernaz, que não se encontrava na cidade no dia da negociação, segundo sua assessoria, a responsabilidade pelo respeito ao acordo que o próprio Celestino assinou. (da sucursal)



Mais de 20 mil professores em passeata dia 19

Governador gaúcho não cede e professores mantêm a paralisação

Os professores gaúchos estão decididos a manter a greve que iniciaram há mais de 50 dias até quebrar a arrogância do governador Jair Soares, que tem se negado a atender as reivindicações da categoria. Essa disposição ficou novamente evidenciada na última assembleia realizada pelos trabalhadores que reuniu nada menos que 40 mil mestres. Foi um resultado que referendou as decisões tomadas nas assembleias regionais que precederam a reunião geral.

O governador Jair Soares (PDS), por seu turno, não parece disposto a ceder. Mas está sofrendo um visível desgaste e enfrenta uma séria crise, por quase todos caracterizada como "desgoverno". Seu projeto de aumento para professores e servidores não foi votado na Assembleia Legislativa graças à posição dos deputados do PMDB e PDT, de solidariedade com a reivindicação dos trabalhadores. (da sucursal)

Mulheres de Porto Alegre criam entidade combativa unitária e de massas

Foi fundada no último dia 29 de junho a União de Mulheres de Porto Alegre. A entidade foi criada durante uma reunião de 150 mulheres das mais diversas categorias profissionais no plenarinho da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O encontro foi presidido pela vereadora Jussara Cony e também contou, entre outras, com a presença das atrizes Marlise Saueressing e Maria de Lourdes Anagnostopoulos e da escritora Suzana Alborno.

A reunião foi iniciada com a apresentação, pela cantora Denise Oliveira, da música de sua própria autoria "Renascença", que aborda o avanço da democracia no país. Para presidir a entidade foi eleita a médica Ana Lúcia Barletta. Ela destacou que "seguramente a União de Mulheres de Porto Alegre terá um papel decisivo para a mobilização das mulheres em torno de suas reivindicações específicas como creches, salário igual para trabalho igual, direito à maternidade, contra a violência de caráter machista e outras". Acrescentou que, da mesma forma, a entidade será uma presença marcante nas lutas mais gerais de todo o povo pela Constituinte livre e soberana e, proximamente, pela eleição de um prefeito progressista para a capital gaúcha.

Trabalhadores rurais de Venceslau mobilizados para criar seu sindicato

Desde o mês de abril que os trabalhadores rurais de Presidente Venceslau, no oeste paulista, estão se mobilizando para organizar o seu sindicato, fato que tem dupla importância. Primeiro porque é uma iniciativa pioneira na cidade. E é ainda uma resposta dos trabalhadores à manobra ocorrida há dois anos, quando os latifundiários patrocinaram a fundação de um sindicato fantasma, encabeçado por políticos do PDS. O movimento dos trabalhadores foi iniciado pelo líder camponês Umbelino de Barros, também suplente de vereador pelo PMDB.

Umbelino já percorreu diversos bairros proletários e promoveu 11 reuniões com cerca de 700 trabalhadores. Após algumas dificuldades (cabe acentuar que o movimento inicialmente não contou com nenhum apoio material), já se conseguiu atrair o prefeito de Venceslau, Tácito Cortês, do PMDB, que está cedendo som para as reuniões e local para a assembleia geral. Também o deputado estadual Mauro Bragato está apoiando. (da sucursal)



Volks paralisada em 85: governo quer democratizar a lei de greve, mas os patrões exigem maiores restrições aos grevistas

Ameaça ao direito de greve

O anteprojeto de lei sobre o direito de greve, apresentado pelo ministro Almir Pazzianotto, vem sendo alvo de furiosos ataques do patronato. No "documento crítico" divulgado pela Fiesp na semana passada, os empresários afirmam que a proposta é inconstitucional e exige maior rigor na "proibição às greves". Por si só a postura reacionária dos patrões indica que o anteprojeto da Nova República representa alguns avanços na democratização desse inalienável direito dos trabalhadores.

A razão de fundo de toda a grita contra o anteprojeto de nova lei de greve é que os empresários não concordam e nem aceitam a posição da Nova República, que vê os movimentos grevistas como um fato normal num país que se democratiza. Para eles não basta que o governo regulamente, ainda que de forma restritiva, o direito de greve. O que eles querem é que se proíba esta legítima manifestação dos trabalhadores, como fazia o regime militar com seu aparato de leis anti-greves.

Conforme enfatizou o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Luis Eulálio Bueno Vidigal, o x do problema na proposta do ministro Almir Pazzianotto é que ela prevê "a greve como um fato que deve ser bem administrado exigindo antes regras de organização e não de proibição. E no entender destes reacionários monopolistas, órfãos da ditadura, a negação da greve deveria ser o principal e exclusivo num anteprojeto de lei!

ATAQUE DOS PATRÕES

Outro grande temor dos empresários é que a mudança na legislação, com o sepultamento da arbitrária lei 4.330, abra um espaço para novas transformações na lei de greve, tornando-a mais democrática. Este pavor tem razões objetivas. Afinal, os trabalhadores não se intimidarão em quebrar os aspectos restritivos da próxima legislação de greve na luta por seus direitos. O próprio ministro do Trabalho admite essas novas mudanças. Ele já adiantou que seu anteprojeto tem limitações, afirmando que ele pretende "ser apenas um instrumento emergencial e transitório para o período que acontece a Constituinte", que, na sua opinião, deve promover mudanças mais profundas na legislação.

O anteprojeto de "Lei sobre as

Negociações Coletivas de Trabalho e Direito de Greve" foi apresentado para o debate na sociedade em final de maio. Com ele, o ministro Almir Pazzianotto afirmou cumprir mais um compromisso assumido pela Aliança Democrática: o de revogar os artigos 621 a 625 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a lei 4.330 e o Decreto-Lei 1.632, que feriam profundamente o universal direito de greve dos assalariados. Pelo prazo pré-fixado pelo ministério, até início de agosto a proposta terá uma redação final e será enviada para discussão no Congresso Nacional - e não decretado pelo Executivo, como era de praxia dos governos militares.

Apesar das tímidas medidas democratizantes previstas no anteprojeto, os patrões partiram imediatamente para uma campanha no sentido de derrubá-lo - e, de tacada, depor o ministro do Trabalho. A Confederação Nacional da Indústria, entidade arquireacionária dos grupos monopolistas, iniciou o bombardeio, afirmando que a proposta "fere a Constituição" e que era essencial manter o poder do Ministério do Trabalho de intervir nos Sindicatos que dirijam greves. Já a Associação Comercial de São Paulo, presidida pelo mafuista José Papa Júnior, exigiu medidas de punição aos grevistas operários e, por outro lado, cinicamente, exigiu direito de locaute para os patrões.

SUPERAR OS ENTRAVES

Mas o ataque mais contundente partiu da poderosa Fiesp, que divulgou na semana passada um "documento crítico dos empresários". Nele os representantes dos grandes monopólios nacionais deixam visível sua ojoriza diante da democratização do país, reivindi-

cam a manutenção da legislação fascista anterior e a adoção de novas medidas restritivas às paralisações dos trabalhadores. Criticam a exclusão de algumas categorias dos chamados "serviços essenciais", onde se mantém a proibição de fazer greve; contestam a inclusão no anteprojeto da figura das "comissões de empregados" nas empresas; rejeitam os itens que dispõem sobre as garantias aos grevistas, proibindo a admissão de novos empregados durante uma greve e assegurando o retorno ao trabalho de todos os grevistas. O documento é carregado do reacionarismo dos capitalistas!

A furiosa investida do patronato contra o anteprojeto evidencia que este abre brechas para liberalização da lei de greve, facilitando sua decretação e dificultando a ação repressiva do Estado e dos patrões. Mas a proposta também tem grandes limitações, como a preservação de um grande número de categorias na condição de "essenciais", que não podem paralisar suas atividades; as taxativas restrições aos piquetes e outras. Estas só serão superadas com a pressão dos maiores interessados na efetiva democratização do país: os trabalhadores. (Altamiro Borges)



Pazzianotto: alvo das críticas...



da Fiesp, presidida por Vidigal

OPINIÃO

Participar do debate

Como no aceso debate sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, nas discussões sobre o anteprojeto da nova lei de greve também se nota a ausência da pressão organizada dos sindicatos de trabalhadores. Até agora quem tem se manifestado é o governo, defendendo a necessidade de uma modesta democratização da legislação, e os patrões, destilando veneno contra qualquer medida que facilite aos trabalhadores a utilização deste importante instrumento de luta.

E em política não há espaço vazio. Se os trabalhadores, através de suas entidades de classe, não pressionam o governo no sentido do aprofundamento das transformações democráticas, os empresários, com todo seu poder de fogo, ocupam o espaço e limitam ao máximo as mudanças na Nova República. Os assalariados necessitam e desejam o pleno direito de greve para lutar por seus direitos e por isso é indispensável que entrem com toda sua força nesta contenda.

EUA querem impor divisão sindical

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Transportes Rodoviários de Pelotas (RS), Antônio Carlos dos Santos, denunciou a investida do imperialismo norte-americano contra o sindicalismo brasileiro, no intuito de dividi-lo e enfraquecer a luta dos trabalhadores.

Antônio Carlos dos Santos retornou recentemente dos Estados Unidos e sem dúvida fala com grande conhecimento de causa, pois participou de um curso patrocinado pelo Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadsil).

EMPULHAÇÃO

O curso foi sobre negociação objetiva de trabalho e se baseia no intitulado "sindicalismo livre", na

verdade uma empulhação, como notou o presidente do Sindicato dos Rodoviários. "A liberdade sindical que os norte-americanos pregam", ressaltou, "é a liberdade de organizar sindicatos de acordo com os interesses dos grupos de opinião. Assim, cada partido político pode ter o seu sindicato para uma mesma categoria profissional ou mesmo para uma fábrica. Na prática, isto significa a divisão e o enfraquecimento do movimento sindical.

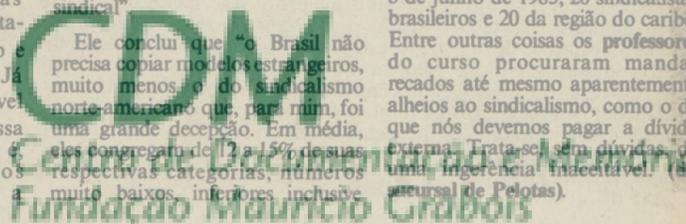
"O que nós, sindicalistas brasileiros, queremos e necessitamos é de um sindicato único e autônomo para cada categoria. Já temos um sindicato único a nível de categoria profissional e nossa luta é pela autonomia, isto é, contra o atrelamento dos sindicatos ao Estado ou a

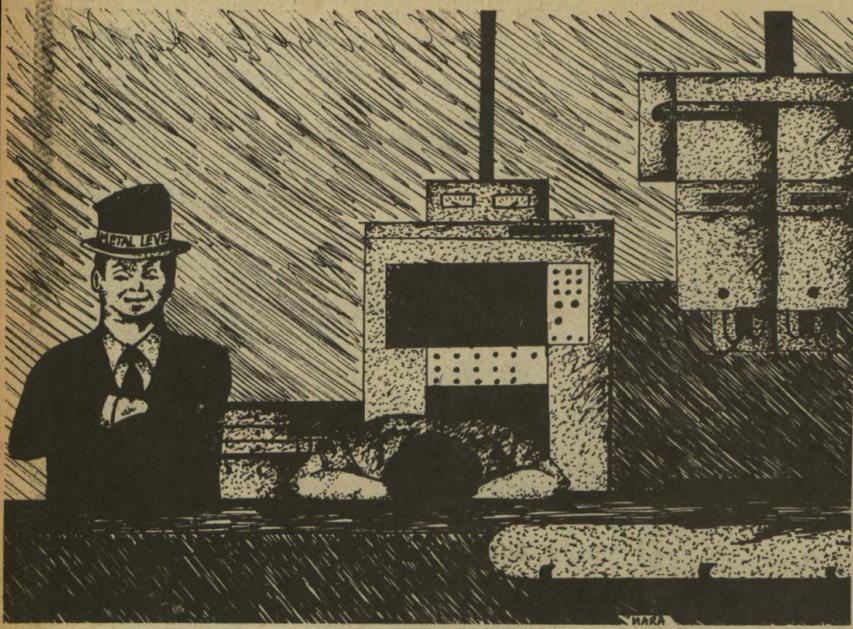
grupos. O sindicato não é órgão do Estado nem aparelho de partido político; é uma entidade que expressa os interesses de uma categoria profissional e serve para fiscalizar tanto o Estado como os partidos. O sindicato tem como finalidade congregar todos os trabalhadores de sua base em torno de suas lutas. A unidade e a autonomia sindical é, pois, nosso caminho. Qualquer outro é fraude, como o do chamado 'sindicalismo livre', porque visa dividir e enfraquecer o movimento sindical".

Ele concluiu que "o Brasil não precisa copiar modelos estrangeiros, muito menos o do sindicalismo norte-americano que, para mim, foi uma grande decepção. Em média, eles congregaram de 12 a 15% de suas respectivas categorias, números muito baixos, inferiores inclusive

aos do Brasil. O nosso sindicato, por exemplo, tem em torno de 40% de trabalhadores associados. O segredo dos salários relativamente elevados dos operários norte-americanos não é fruto do sistema sindical fracionado e muito pouco representativo, mas, antes, um subproduto da exploração imperialista sobre países como o Brasil e outros dependentes".

Participaram deste curso do Iadsil relatado por Antonio Carlos Santos, realizado no dia 29 de abril a 6 de junho de 1985, 20 sindicalistas brasileiros e 20 da região do caribe. Entre outras coisas os professores do curso procuraram mandar recados até mesmo aparentemente alheios ao sindicalismo, como o de que nós devemos pagar a dívida externa. Trata-se, sem dúvida, de uma ingerência inaceitável. (da sucursal de Pelotas)





Operário da Metal Leve morre no batente

Vítima de maus tratos e de uma carga horária além de sua capacidade física, um operário morreu trabalhando na Metal Leve.

Petronílio veio de Minas só com a família, formada de mulher e filhos, cheio de sonhos e esperanças. Jamais pensaria que seria vítima fatal da exploração dos patrões. Chegando aqui trabalhou primeiro na Forim, firma que explora muito os trabalhadores e muitas vezes só paga a justiça. Depois foi trabalhar na Metal Leve e

não imaginou que não sairia com vida de lá.

Petronílio trabalhava na seção de pinos, uma das piores da fábrica. Ele tinha 50 anos e 13 na Metal Leve. Há anos atrás ele sofreu uma meningite mal cuidada pois os médicos e o hospital Zona Sul não se preocupam muito com peão. Ele voltou a trabalhar antes mesmo de ficar bom pois se demorasse mais quando chegasse a firma o mandaria embora. Ele era obrigado a fazer hora extra, trabalhando 70 horas sema-

nais! Antes do que ocorreu com ele já tinha morrido um companheiro, pelos mesmos motivos. O Moisés morreu na máquina enquanto trabalhava.

Petronílio desmaiou na máquina e nunca mais voltou. A firma não tomou conhecimento do fato e também não divulgou a causa da morte. Companheiros! Vocês se foram prematuramente mas aqui está o protesto de seus companheiros que ficaram. (Operários da Metal Leve - São Paulo)

Não aceitamos prêmio de produção, fizemos greve

Madrugada fria num bairro da periferia perto de Santo Amaro. Após grande sacrifício, nós, trabalhadores, nos deslocamos para a empresa onde trabalhamos. Marmitta de lado, ônibus lotado e o pensamento fixo de que um dia as coisas melhorarão.

São sete hs. da manhã de uma quarta-feira de maio. Após marcar o cartão esperamos uma resposta. Estamos no 3º dia de greve na Indústria de Bicicletas Pimont. Reivindicamos aumento real que nunca foi dado pela empresa, 40 horas semanais e estabilidade. Reivindicações que na semana anterior nossa comissão de fábrica junto com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo já tinha negociado com o patrão.

Este porém promete um aumento como prêmio de produção. Não aceitamos, pois assim o patrão acaba com as últimas energias que ainda restam para nós, trabalhadores de baixa renda, que vivemos com a mesa vazia.

O clima era bastante tenso. O patrão sabendo que nossa resposta seria greve mandou um de seus representantes dizer que tinha viajado.

Tudo corria na mais perfeita ordem. Um membro da nossa comissão de fábrica anunciou que devíamos fazer uma reunião com a participação de uma assessora do Sindicato, Arleide e um diretor do mesmo Sindicato, Vital. Os dois não nos abandonaram nenhum instante. O Vital indicou como deveríamos nos comportar naquele momento de nervosismo, agravado porque o patrão

chamou a polícia. Continuamos o movimento pacificamente.

No dia 16 houve nova mesa redonda no TRT com a presença da Comissão de Fábrica. O juiz propôs um acordo de conciliação entre a empresa e os empregados, para que a empresa cumprisse parte das reivindicações. A empresa não concordou. A greve foi julgada e considerada ilegal. Em represália demitiu 11 companheiros que tinham estabilidade, como cipeiros e os 6 membros da comissão de fábrica.

Apesar disso continuamos com o ânimo elevado e estamos nos preparando para a campanha salarial, na luta pelas 40 horas semanais. E agora com mais experiência. (Operário da Bicicletas Pimont - São Paulo, SP)



Servidoras lutam por Constituinte

Num clima combativo e de muita participação, realizou-se em Curitiba nos dias 30 e 31 o I Encontro da Mulher Servidora do Paraná, promovido pelo departamento feminino da Federação dos Servidores. Os temas debatidos foram: sindicalismo, direitos da mulher, trabalho e constituinte. O encontro teve a participação de 200 mulheres representando as associações de funcionários públicos paranaenses. Entre as principais deliberações do encontro destacaram-se a necessidade de organização das mulheres por órgão público e o fortalecimento do departamento

feminino. As mulheres propuseram ainda a ampla participação das servidoras dos movimentos autônomos. Coordenado por Edinara Andrade, o encontro das servidoras caracterizou-se pela amplitude na participação das diversas forças políticas. Um painel com os movimentos femininos em Curitiba debateu as propostas das organizações autônomas. Entre as posições destacadas no encontro, foi aprovada a luta das servidoras pela constituinte livre e soberana, e a participação dos servidores em geral no Comitê Estadual Pró-Constituinte, a ser formado, e na realização do ple-

nário intersindical estadual pela constituinte. As servidoras integraram, dia 31 à noite, a grande assembléia estadual pela trilateralidade, reposição salarial e diálogo com o governo.

As filiadas à União de Mulheres de Curitiba, e que são servidoras, tiveram importante participação no encontro. A entidade lançou na oportunidade a constituinte da mulher, que destaca todas as questões essenciais e que devem entrar na Constituição.

(Amigas da TO. Curitiba, Paraná)

Santa Rosa do Viterbo

*Santa Rosa do Viterbo
É cidade carinhosa
Desperta-me a inspiração
Para contar em verso e prosa
A greve que aconteceu
Na querida Santa Rosa*

*Foi então que em Santa Rosa
Alguma coisa mudou
Uma das autoridades
Com jeitinho intermediou
E patrão e empregado
Frente a frente se falou*

*O patrão bate no peito
E diz que faz e acontece
Preso na sua riqueza
Cada vez mais apodrece
Enquanto o trabalhador
Até fome padece*

*Quase não houve surpresa
A proposta não mudou
O patrão fez a mesma oferta
Que o povo já rejeitou
A noite, na assembléia
A greve continuou*

*Foi no dia 20 de maio
85 é o ano
O trabalhador rural
Reuniu e traçou plano
Para exigir melhoria
E mostrar que é humano*

*A diferença que houve
Foi o aumento da pressão
Polícia durante a noite
Visitou muito peão
Junto com os empreiteiros
A mandado do patrão*

*Já há 48 dias
Havia negociação
Sindicato do empregado
E sindicato do patrão
Mas nada se resolvia
Parou-se a negociação*

*Inda no terceiro dia
A turma não cortou cana
A pressão foi aumentando
Por ordem de quem tem grana
Com muitas provocações
Algumas até desumanas*

*O trabalhador cansado
De esperar a decisão
Reuniu-se em praça pública
E falou alto e bom som
Vamos entrar já em greve
É a nossa posição*

*Outras 28 cidades
Ao movimento aderiram
Decisões de assembléias
As turmas lá decidiram
Santa Rosa se afirmando
Os sindicatos se uniram*

*Um só era o objetivo
Pressionar o patrão
Que não queria conversa
Por ter duro o coração
O trabalhador queria
Melhor salário e condição*

*Foi feita sujeira grossa
Pra intimidar a peãozada
Mas a turma estava firme
E quando era provocada
Em vez de ir ao revide
Recuava e dava risada*

*Durante o primeiro dia
Houve total adesão
Cortador de cana parou
Demonstrando união
Reivindicando salário
Justiça e mais proteção*

*Em Santa Rosa sentimos
Que havia organização
A greve objetivava
Pressionar o patrão
Não era contra o governo
É a favor também não*

*No segundo dia de greve
O plano foi ampliado
Motoristas e guincheiros
Foram nossos aliados
Atendendo a pedido
Também ficaram parados*

*Todos querem trabalhar
Querem ganhar o seu pão
Também querem melhorar
Um pouco a sua condição
O trabalhador conseguiu
Mostrar que é cidadão*

*A esta altura da luta
Não havia negociação
A classe empresarial
Tinha perdido a razão
E o trabalhador rural
Mantinha sua posição*

*O contrato foi firmado
Valendo pra todo o Estado
O trabalhador queria mais
Nem tudo foi conquistado
Mas a luta continua
Nós estamos preparados*

(Inácio-diretor da Fetaesp-São Paulo)



Em nome de todos lavradores peço a reforma agrária

Em nome dos trabalhadores rurais de Taquaritinga do Norte, de Pernambuco e do Brasil inteiro venho pedir às autoridades deste país, ao excelentíssimo sr. Presidente que tragam a reforma agrária às nossas mãos.

Vejam senhores doutores que o Brasil figura um prédio cuja base fundamental é a reforma agrária. E o que traz a reforma agrária? traz a melho-

ria da vida humana geral. Cá no meu entendimento, a reforma agrária diminui o desemprego, permite que se governe com menos sacrifício e torna a administração mais favorável a fim de que possamos ver nosso país livre da dívida externa que nos cativa. (João Ferreira de Melo - delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquaritinga do Norte-Pernambuco)

Cunhado do prefeito explora lavradores

Escrevo para denunciar um fato referente aos trabalhadores rurais de Ouro Preto, Minas Gerais.

Todos os meses o trabalhador rural que mora em Santa Rita tem que vir à cidade receber sua aposentadoria ou pensão. Acontece que só tem uma linha de ônibus, a "Transporte Araújo", do empresário José Silva Araújo, (Zé Duca). Ele explora o máximo possível quem precisa do ônibus. O desconforto é grande. Cerca de 70 a 80 pessoas se empilham num só ônibus, quando deveria ter no máximo 40. Assim ele obtém um lucro exagerado.

Além disso, quando está chovendo o ônibus não vai em todas as localidades e é substituído por um Toyota que leva 15 ou 20 pessoas até Santa Rita, onde vão pegar o ônibus. Essas pessoas pagam Cr\$ 7,500

mil de Toyota e mais Cr\$ 3,500 mil até o ponto de ônibus. Dá um total de Cr\$ 22 mil de ida e volta. Ou seja, a passagem fica mais cara do que a ida a Belo Horizonte, sendo que a aposentadoria é de Cr\$ 83,280 mil. Isso é o preço das passagens, fora a alimentação.

Vários trabalhadores rurais têm vindo reclamar ao sindicato e o presidente reclamou com o prefeito da cidade. Acontece que o dono da linha é irmão do vereador Francisco Silva Araújo, e cunhado do prefeito. A solução seria os trabalhadores e vereadores se unirem e exigirem que o prefeito obrigue o empresário a colocar dois ônibus no mesmo horário, impedindo os aumentos abusivos. (Mário Jesus de Souza-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rita, Altamira, Paraíba)



fala o POVO

Uma carta da Metal Leve relata a morte de dois operários por excesso de trabalho. Trata-se de uma das formas mais brutais do patronato aumentar sua mais-valia, literalmente às custas do suor e sangue de quem produz.

Pouco importa para os patrões que o operário morra. O importante é que ele produza para garantir o luxo e o conforto dos proprietários. Mas os trabalhadores estão alertas para crimes como esse. (Olívia Rangel)

Nova República novo destino para o Pacal

Em 1973, foi criado pelo Governo Federal o Projeto Agro-Industrial Canavieiro Abraham Lincoln, PACAL, localizado no Km 92 da Rodovia Transamazônica. Depois de várias administrações impostas de Brasília, em 81 o projeto parou nas mãos de uma empresa desconhecida, cuja escritura de compra e venda que firmou com o INCRA permitiu que a mesma destruísse tudo, não pagasse pela compra, cobrasse indenização do governo, e continuasse impune até hoje.

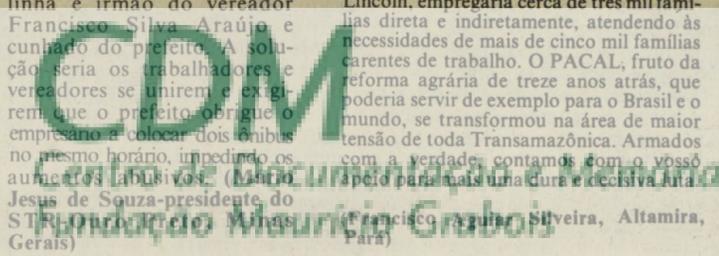
Mais de duzentas famílias de plantadores de cana, que têm mais de dez anos de trabalho acabam de perder a terceira safra de cana, 290 famílias de funcionários continuam abandonadas há dois anos e meio sem receber e sem trabalhar. As três safras perdidas, representam setecentas mil sacas de açúcar e de 15 milhões de litros de álcool, que deixaram de ser produzidos. O Estado do Pará, a preços atuais, deixa de recolher em uma safra de cana, cerca de Cr\$ 2 bilhões em ICM, colonos e fazendeiros vivem ainda em total desespero, a lavoura se perde, as máquinas apodrecem, a população do norte do país consome os produtos de São Paulo, Pernambuco, Alagoas, etc. Em 25 de abril de 1983, a empresa entrava na 2ª vara judicial de Brasília, transferindo todos os encargos e responsabilidades ao INCRA acabava de negar aos plantadores e funcionários o que lhes era devido, daí pra frente foi um emaranhado judicial que ninguém pode entender.

Em 22 de maio de 1983, foi obstruída a Rodovia Transamazônica, pelos trabalhadores que chamaram atenção do país para a grande injustiça, pois a empresa ainda não havia pago a safra colhida em 82, em 1º de junho. Até o Bispo Prelado do Xingu, D. Erwin, foi preso e espancado; bombas foram jogadas contra o povo. Em 21 de agosto de 1984, um ano e três meses após a obstrução da estrada, novo protesto. Dias depois o INCRA, prometendo reativar o Projeto emprestou aos colonos e funcionários Cr\$ 5 bilhões. Em 5 de fevereiro de 1985 a ASFORT, ganha ação na justiça Federal do Rio de Janeiro. A sentença compela o IAA a intervir no Projeto PACAL, colocá-lo em funcionamento e pagar aos plantadores os prejuízos decorrentes de sua omissão até então, mas como o IAA recorreu a sentença no tribunal de recursos e mais uma vez as coisas ficaram imprevisíveis.

Nova República, novos homens, novas esperanças, novas comissões estudando o caso, o povo otimista novamente, querendo trabalhar e produzir, a ASFORT com novas audiências e mais meio ano se passou. Tudo está se destruindo, mais ainda se acredita no PACAL, o povo massacrado ainda tem coragem para trabalhar e reconstruir este polo de desenvolvimento, onde a terra é roxa e os homens são ordeiros. Hoje, 10 de julho, o PACAL está em uma "UTI". Tudo aquilo que as famílias vindas de diversas regiões do país sonharam se desmorona lentamente, com a incerteza do futuro. Só um milagre salvará a Transamazônica de novos conflitos.

Infelizmente só vemos ao redor miséria, injustiça, educação precária, falta estrada etc. A tristeza é grande, precisamos receber nossos legítimos direitos e os culpados deveriam ser punidos.

Com o fantasma do desemprego atuando no Brasil, a reativação da Usina Abraham Lincoln, empregaria cerca de três mil famílias direta e indiretamente, atendendo às necessidades de mais de cinco mil famílias carentes de trabalho. O PACAL, fruto da reforma agrária de treze anos atrás, que poderia servir de exemplo para o Brasil e o mundo, se transformou na área de maior tensão de toda Transamazônica. Armados com a verdade, contamos com o vosso apoio para mais uma luta decisiva. (Francisco Augusto Viveira, Altamira, Paraíba)



Grupo paraibano mostra a luta de classes no circo

Enfrentando as vicissitudes comuns a quem desenvolve atividades artísticas de cunho amador, o grupo de teatro Boca de Forno, de João Pessoa, tem uma experiência positiva. Formado em sua maioria por trabalhadores, o grupo ensaia à noite ou em fins de semana, e assim vai aprimorando os detalhes dos personagens, do texto, seus próprios recursos artísticos. Sempre com uma preocupação: a de

levar ao povo simples dos bairros um teatro identificado com seu dia a dia.

Atualmente o grupo apresenta "Circo sem Pano", peça de Nilson Condé. É a história de um palhaço que todos os dias leva aos espectadores a alegria, a fantasia do circo, fazendo rir crianças e adultos. Um dia, o palhaço Saçarico revolta-se ao perceber que, apesar de agradar ao público, ele nada tem - enquanto o pro-

prietário do circo auferir grandes lucros. Sequer seus direitos como trabalhador pode usufruir: após 32 anos de profissão, Saçarico nem mesmo tem Carteira Profissional assinada.

Depois de apelar para o patrão e para os órgãos competentes, sem nenhum sucesso, o palhaço perde o estímulo pelo trabalho. Começa a contestar e a gritar palavras de ordem contra o regime militar, contra o FMI, por liberdade e pela Constituinte. Exalta Margarida Maria Alves - dirigente sindical assassinada pelo latifúndio. Mas também Saçarico é fuzilado pela reação. Seu gesto desperta os seus companheiros, que terminam gritando: "O palhaço tem toda a razão: é melhor morrer lutando do que não lutar!"

"Circo sem Pano" já tem mais de 20 apresentações em associações de moradores, sindicatos etc. Na cidade de Santa Rita, apresentou-se para mais de 400 pessoas que vibraram muito com a encenação. Neste início de julho está com apresentação marcada no Teatro Santa Rosa, em João Pessoa, e ainda em Campina Grande, Guarabira, Bayeux, Cabedelo, Souza e Cajazeiras.

"Nunca recebemos nenhuma ajuda oficial, só contamos com o apoio da Federação Paraibana do Teatro Amador", conta Nilson - que também interpreta Saçarico na peça. "Mas é gratificante ver como crianças pobres, trabalhadores, donas de casa da periferia, das favelas, se empolgam com nossas representações". No elenco de "Circo sem Pano" ainda estão Laura Lima, Eliene Lima, Lúcio Flávio, Geraldo Santos, Onélia Lins.

(da sucursal)



"Circo sem Pano": um palhaço contra a exploração e a tirania



O dia da morte de Frei Caneca no "Auto do Frade", de João Cabral de Melo Neto

Teatro conta história do frei guerrilheiro

Expulso da história oficial - a não ser quando atacado pelo ensino reacionário -, um herói da luta dos brasileiros por liberdade e soberania subiu nos palcos de São Paulo, na semana passada: Frei Caneca. Intelectual revolucionário, nacionalista, ele agora pode ser visto na peça "Auto do Frade", de autoria de João Cabral de Melo Neto.

Baseado no poema para vozes de João Cabral, "Auto do Frade" é um projeto cultural que, além do espetáculo teatral que estreou no dia 2 de julho no Teatro São Pedro (aliás, data em que, em 1824, foi fundada a Confederação do Equador), inclui ainda uma exposição, programa comemorativo, debates públicos e um vídeo sobre o revolucionário pernambucano.

"Eu não conhecia Frei Caneca. Só ouvi falar dele como o nome de uma rua em São Paulo e de um presídio no Rio de Janeiro", conta Elias Andreato, que interpreta o frei na peça. "Mas quando comecei a ler seus trabalhos, para preparar a encenação, fiquei impressionado. Ele me despertou o sentimento patriótico. Ele foi à luta, conviveu com o povo, se opôs à tirania do imperador Pedro I. E por isso foi condenado à morte. E por isso foi amado e respeitado pelo povo."

Na opinião da atriz Noemi Marinho, "o Auto do Frade é um marco na história do país. Na medida em que estamos na Nova República, discutindo o nosso país, é fundamental vermos o nosso passado. E aí descobrimos um homem que morreu em 1824 por algo que lutamos hoje."

FREI GUERRILHEIRO

"Auto do Frade" aborda o dia da morte de Frei Caneca, condenado à força por ter lutado pela independência do



"João Cabral coloca na boca do povo das calçadas referências às atividades políticas do Frei Caneca. Essa atividade política não é explicitada no texto. Mas o tempo todo está presente. O poema e a peça, ao tempo todo remontam à luta do frei contra o imperador", conta Carlos Meceni, diretor do espetáculo.

"Auto do Frade" está sendo exibida, de quarta a domingo, no Teatro São Pedro, à rua Albuquerque Lins, 171, às 21 horas. Estudantes pagam Cr\$ 10 mil; não estudantes, Cr\$ 15 mil. Através de contatos com Benê Mendes, (fone 66-3348), podem ser acertadas promoções especiais para escolas e entidades.

O livro com o texto de João Cabral de Melo Neto foi editado pela Nova Fronteira, e pode ser adquirido nas livrarias por Cr\$ 15 mil. (Carlos Pompe)

país e recusado aceitar a autoridade do tirano D. Pedro I. "Quando a pátria está em perigo, todo cidadão é soldado, todos devem se adestrar nas armas para rebater o agressor", dizia. E por defender tais idéias, era conhecido como o "frei guerrilheiro".

O texto de João Cabral de Melo Neto espelha como o humilde religioso nordestino (despojado de seus paramentos sacerdotais pela igreja, que apoiou sua execução pelo poder imperial) era respeitado pelo povo recifense. Mas o próprio João Cabral ressalva: "Ninguém sabe muita coisa de Frei Caneca, mas é uma figura muito importante para os nordestinos. Deveria ser enforcado, mas não houve quem quisesse fazer isso. Nem mesmo os presos que teriam em troca a liberdade".



Foto: César Diniz

Meceni

Mayrink reúne seu humor em livro

Quebra-nô\$ é o primeiro livro de Mayrink, chargista mineiro com passagem por jornais como "O Pasquim", "Correio da Manhã", "Jornal do Comércio", "Jornal dos Sports", além de publicações em revistas. Com seu traço, Mayrink obteve premiação no "Salão Internacional do Humor", realizado no Canadá, e em Quebra-nô\$ coloca todo seu humor: "Espero que o livro transmita ao grande público, além do humor, uma proposta de registro crítico através de seus cartuns e charges", afirma o autor. Após ter passado por problemas com a censura, com a Lei de Imprensa e discriminações por parte de alguns órgãos, o chargista da pequena Jequiri vê com bastante esperança o novo momento no país: "Foram 21 anos de castramento das nossas manifestações artísticas e culturais. Com a Nova República e, principalmente, com a participação de toda a sociedade, acende-se a chama da esperança".

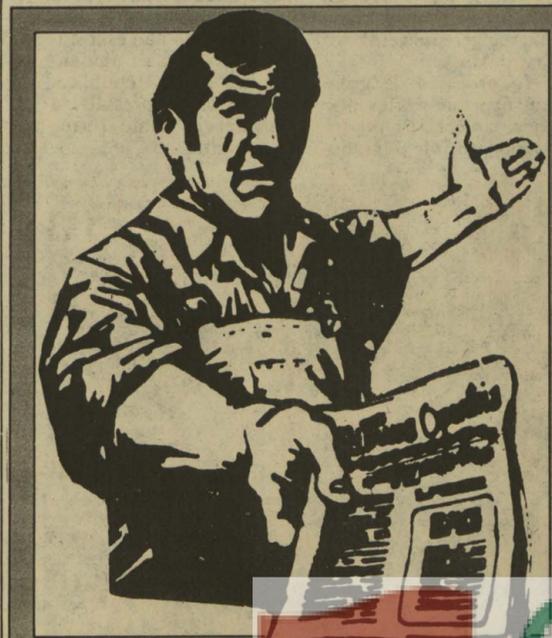
Quebra-nô\$ só é encontrado em algumas livrarias de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro e pelo telefone (021) 260-1461 ou através da sucursal da Tribuna Operária no Rio. (da sucursal)

QUEBRA-NÔ\$

MAYRINK

Tribuna Operária

- Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Jolilly, Olívia Rangel.
- ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaje. CEP 57000. Maceió: Rua Cincinnati Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
- AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
- BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - CEP 46000. Juazeiro: Rua América Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Gimesh) - CEP 43700.
- DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
- CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1859 - Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
- ESPIRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de
- Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
- GOIÁS - Goiânia: Rua 3, nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
- MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
- MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
- MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
- MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
- PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
- PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçada - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100.
- PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428 - Fone: 234-7484 - CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
- PIAUI - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
- PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.
- RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alecrim - CEP 59000.
- RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias
- do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 - Aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 90000. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 745-A - CEP 96200.
- RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Alvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 108 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renaulo Pedroza, 33, sala 319 - CEP 26000.
- SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
- SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Sarajiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 08000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.



Faça cinco assinaturas e ganhe uma de brinde! Participe com a Campanha Nova República da T.O.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Annual (52 edições) Cr\$ 100.000
- Annual Popular (52 edições) Cr\$ 50.000
- Semestral (26 edições) Cr\$ 50.000
- Semestral Popular (26 edições) Cr\$ 25.000
- Assinatura trimestral (13 edições) Cr\$ 12.500
- Annual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Endereço a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Camponeses assassinados por não poderem pagar dívida

Os latifundiários de Santa Maria, Maranhão, têm um plano para matar 30 lideranças dos trabalhadores do município, inclusive o secretário do Sindicato, Osvaldo da Conceição. A denúncia estourou após o dia 16 último, quando os lavradores Valentim e Zezinho Careca foram assassinados e a sra. Maria Rodrigues da Silva, 53 anos, ficou baleada em outro atentado.

Os crimes, que levaram até o próprio presidente José Sarney a interceder no conflito, tiveram como causa uma forma de exploração muito comum no interior do Maranhão. A questão começou em janeiro, quando mais de 250 lavradores do povoado de Arapari, sem recursos, foram obrigados a se endividarem junto a cerca de 11 comerciantes locais, intermediários das poderosas fazendas Faisa e Frexal (veja quadro). Conforme o método de espoliação usado na área, eles tiveram de vender o seu arroz "na palha" (antes da colheita), ao preço de 5 a 10 mil cruzeiros a saca de 60 quilos, em troca de alimentos e produtos básicos.

As intensas chuvas que caíram nos últimos meses e uma praga de pulgão na lavoura resultaram em perdas de no mínimo quatro quintos da produção. Alguns não colheram um saco de arroz. Ficaram sem ter o que comer, nem como entregar o arroz comprado "na palha". De outro lado, os intermediários da Faisa exigiram o pagamento integral, de qualquer forma. As tentativas de um acordo esbarraram na recusa dos comerciantes Raimundo Zeca, Luís Chaves e Chico Miliciano. Diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais estiveram na área buscando um entendimento, mas foram ameaçados de morte.

Até José Sarney já tratou do caso

No dia 17 chegou a Santa Luzia a notícia das mortes. Os moradores de Arapari trouxeram a informação, chegaram à cidade varando caminho pela mata, pois a estrada estava bloqueada por mais de 15 homens armados pela fazenda e pelos comerciantes. Valentim e Zezinho Careca foram mortos quando iam comprar carne. E a sra. Maria levou um tiro durante a tentativa de homicídio de mais um posseiro. Os criminosos são os comerciantes Raimundo Zeca, Luís Chaves e Francisco Miliciano.

A diretoria do Sindicato fez ampla denúncia dos homicídios. Junto com a Fetaema, Sindicatos de São Luís, PMDB, PC do B, PDT, Comissão Pastoral da Terra, CJP e deputados, divulgou uma nota exigindo a punição dos assassinos e protestando contra as violências dos latifundiários. As mesmas entidades procuraram diretamente o secretário da Segurança Pública do Estado, que durante a audiência se comprometeu a apurar a questão, prender os criminosos e acabar com o clima de terror na área.

O próprio José Sarney, informado, falou diretamente ao governador maranhense Luís Rocha, que se empenhasse na apuração imediata dos crimes.

Delegado bebe com os criminosos

No entanto, a ação da polícia no local foi bem outra. Os lavradores informam que os policiais passaram a noite na fazenda Faisa, antes de irem ao povoado de Arapari. O delegado de Santa Luzia, Vicente Inácio, acompanhado de dez policiais fortemente armados, almoçou com os comerciantes acusados, na casa de Chico Miliciano comendo e bebendo fartamente. Só depois, à tarde, promoveu uma reunião para discutir o caso, pedindo aos lavradores que não falassem na fazenda Faisa, ou nos criminosos.

Na reunião compareceram 40 posseiros, os intermediários e os autores das mortes, cercados pela polícia. O delegado, dizendo falar em nome do



governador do Estado, abriu a reunião assim: "não vim para tomar armas de ninguém, fazer despejo e nem tampouco para resolver os problemas das mortes, mas sim para fazer um acordo. Que os lavradores entreguem a metade do que produziram este ano para os comerciantes, e o restante pagará logo, vendendo animais, objetos e os direitos de posse."

Quando os camponeses protestaram, os policiais levantaram as armas. A reunião transcorreu sob intimação armada. E no final a polícia juntou-se de novo com os comerciantes, para tomar cerveja.

Isso encorajou os criminosos, que passaram a se gabar de terem apoio da polícia e fazer ameaças de novas mortes. No dia 23 de junho, jagunços cavaram uma trincheira do lado da única estrada que leva ao povoado.

O deputado estadual Luís Pedro, muito ligado ao movimento camponês do Maranhão, responsabiliza o governador e o secretário de Segurança pela situação. Para Luís Pedro, "no caso de Arapari o governador preferiu dar ouvido às vozes reacionárias dos latifundiários e das autoridades locais, saudosos do regime militar. O movimento popular e democrático não deve permitir que crimes como esse permaneçam impunes."

(da sucursal)

O deputado Luiz Pedro (de óculos, no sepultamento de Nonatinho) acusa Luis Rocha



Região de conflitos

O município de Santa Luzia, localizado na pré-Amazônia maranhense, há muito vem sendo palco de constantes e violentos conflitos pela posse da terra. A violência já acarretou a morte de alguns grileiros e pistoleiros, assim como um número superior de posseiros, inclusive o conhecido líder sindical Nonatinho, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, morto a tiros em setembro do ano passado.

GRILAGEM HÁ DEZ ANOS

A região onde se desenvolve o conflito rural, Brejo do Arapari, possui 15 povoados habitados por cerca de mil famílias de lavradores.

No Brejo do Arapari a grilagem vem sendo praticada há mais de dez anos, por conta das fazendas Frexal, Santa Inácia e Faisa. Esta última, envolvida através de seus prepostos nos crimes do dia 16, pertence à empresa multinacional Merck do Brasil e é representada pelo seu gerente geral, Ari Castro Maia.

No processo de grilagem ocorrem vários despejos, violências e quatro assassinatos de lavrado-

res. Depois de muita luta e várias audiências no Iterma (Instituto de Terras do Maranhão), chegou a uma separação: uma parte da terra ficou com os agricultores e outra com as fazendas. Entretanto, os grileiros nunca se conformaram com este resultado. A mando do gerente Ari e do empreiteiro Ludemir Bonfim, continuaram as ameaças contra lavradores e delegados do Sindicato. Um posseiro, conhecido como Barraca, chegou a ser seqüestrado e submetido a humilhações.

Em agosto de 1983, os lavradores do Brejo do Arapari, cansados de tanta perseguição, reuniram mais de 200 camponeses e promoveram um quebra-quebra geral na fazenda Faisa, mostrando até que ponto se acirrou o conflito.

A atitude do governo do Estado frente aos conflitos de terras, mesmo com a nova situação criada no país, não tem se modificado. Segundo o deputado Luiz Pedro, "o governador Luís Rocha tem mostrado em várias ocasiões que não está sintonizado com as mudanças da Nova República, mantendo a repressão e a truculência como forma de governo."

Tiroteio pela terra mata seis no Sarampo

Na madrugada de quarta-feira, dia 3, a guerra do latifúndio contra os trabalhadores agrícolas fez mais seis vítimas fatais, na região do Sarampo, a 40 quilômetros da cidade de Canavieiras, no litoral sul da Bahia. O conflito estourou quando um bando de 20 pistoleiros armados com espingardas e revólveres atacou 30 posseiros. No tiroteio morreram pelo menos quatro posseiros e dois pistoleiros, conforme informação do Inbra. Há ainda quatro lavradores desaparecidos.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia entrou em contato no mesmo dia com os Ministérios da Reforma Agrária e da Justiça, solicitando providências, inclusive a desapropriação imediata da área assolada pelos pistoleiros. A região de Canavie-

ras tem sobressaído como uma das mais conflituosas da Bahia, com frequentes mortes. Há pouco mais de um ano, foi ali que um fazendeiro mandou assassinar uma família inteira (o posseiro João Celestino, sua mulher e filhos) e cortar a cabeça das vítimas, por causa de cinco hectares de terra (ver TO n. 170).

Técnicos do Inbra já se encontram na região do Sarampo. Representantes de Sindicatos de Salvador, parlamentares, elementos da Comissão Pastoral da Terra e da Diocese de Itabuna se mobilizarão igualmente, para prestar solidariedade aos posseiros. O violento incidente é encarado como mais uma demonstração da urgência da reforma agrária.

(da sucursal)



José Gomes: governo admite importância do apoio operário à reforma

S. Paulo pode ir às ruas apoiar reforma agrária

A presença de um vasto leque de setores políticos e sociais e uma unanimidade excepcional de pontos de vista deram a tônica ao ato em defesa da reforma agrária, sexta-feira dia 28 na Câmara Municipal de São Paulo. Como saldo principal, ficou a convicção generalizada de que está na hora de jogar na rua uma grande campanha de massas pela reforma.

Aberto pelo vereador Marcos Mendonça, presidente da casa, o ato começou com um apelo da Associação Brasileira de Reforma Agrária: "A ABRA conclama toda a sociedade civil a se unir em defesa do processo de reforma agrária. Aqueles que são contrários à reforma unem-se rapidamente, Nós devemos fazer o mesmo". A julgar pelo evento, a união já começou.

O ponto de referência dos oradores foi o plano de reforma agrária do governo Sarney, e em torno dele verificou-se a unidade.

O bispo dom Angélico, falando pela CNBB, foi taxativo: "Sou um incondicional entusiasta da proposta do governo pela reforma agrária; acho até que deveria ir mais adiante". E fez "um apelo aos amigos" em favor da mobilização popular, "pois a reforma agrária precisa ser acompanhada de um convite para que o povo se manifeste na praça". O representante da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado propôs a realização de manifestações e passeatas e a primeira delas, em Santa Fé do Sul, já está marcada para o dia 14. O padre Braghetto, da CPT-SP, comentou: "Está aí uma proposta, que nós da CPT julgamos tímida, mas é uma proposta que não dá para dizer 'nessa eu não entro'. Temos que apoiá-la". Já o orador da CUT considerou "que este projeto ainda é insuficiente, mas que tem aspectos positivos e neste sentido merece todo o nosso apoio". E Maria Aparecida Lopes, do Movimento dos Sem Terra, frisou: "Não viemos apenas apoiar o plano de reforma agrária que o nosso presidente apontou para nós; queremos dizer que estamos dispostos a acompanhar essa luta".

Os partidos presentes (PMDB, PC do B, PDT, PT, PCB e PTB) bateram na mesma tecla: o plano, independente de suas limitações e insuficiências, merece respaldo, precisa ser apoiado - e o apoio só pode vir da mobilização popular em grande escala. Mesmo o PT reconhece que a proposta do Mirad/Inbra é um avanço, em que pesem as limitações que apresenta e propõe "uma ampla mobilização das forças democráticas e progressistas interessadas na reforma

agrária". O orador do PC do B, Ronald Freitas, ressaltou que "o projeto é uma alavanca que possibilita colocar a reforma agrária a nível de toda a sociedade". E manifestou "apoio integral" à proposta de dom Angélico, de uma grande manifestação em São Paulo.

O presidente do Inbra, José Gomes, que compareceu pessoalmente ao evento, pôs em relevo o papel vital das cidades, em especial São Paulo.

"O governo - disse José Gomes - dá uma atenção especial a São Paulo já que aqui estão situadas as grandes indústrias, os grandes bancos, mas também o grande capital fundiário. E estão concentrados os operários. A reforma agrária foi entendida como um processo que significa muito não só para o trabalhador rural, mas também para o operário da cidade. Esta São Paulo que foi às praças no passado, certamente não negará agora seu apoio a esta campanha cívica."

Com esta mesma visão, a Conclat decidiu convocar para todos os Estados, manifestações públicas dos Sindicatos em apoio à reforma agrária. É apenas um começo, mas que vai colocando em movimento forças imensas, milhões de brasileiros. E que reúne as condições para se transformar numa memorável campanha de massas. Não é por acaso que no ato do dia 28 houve várias menções ao exemplo da luta pelas diretas já.

Ato sindical pela reforma agrária em Maceió

Mais de 25 entidades de trabalhadores e a Fetag de Alagoas fizeram segunda-feira dia 1º, no Palácio dos Trabalhadores, Maceió, um ato público pela reforma agrária. Os sindicalistas denunciaram com vigor a ação do latifúndio alagoano, sobretudo na área da cana, contra o plano da reforma agrária do governo Sarney - que nas palavras do presidente do Sindicato de Atalaia e diretor da Fetag, Francisco de Souza, "já é um início de luta, já possibilita a maior organização dos trabalhadores rurais para defender seu direito à terra". O ato marcou a solidariedade do movimento sindical urbano do Estado à luta dos trabalhadores e sindicatos rurais (também presentes) por sua reivindicação maior. (da sucursal)